

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

Beatriz Carlos Pereira Justiniano

“As particularidades do trabalho da/do assistente social na política de Assistência Social: estudo comparativo das competências e atribuições específicas do trabalho do assistente social nos CRAS”

**MARIANA
2021**

Beatriz Carlos Pereira Justiniano

“As particularidades do trabalho da/do assistente social na política de Assistência Social: estudo comparativo das competências e atribuições específicas do trabalho do assistente social nos CRAS”.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial à obtenção do grau Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cristiane Tomaz

MARIANA
2021

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

J96p Justiniano, Beatriz Carlos Pereira .
As particularidades do trabalho da/do assistente social na política de Assistência Social [manuscrito]: estudo comparativo das competências e atribuições específicas do trabalho do assistente social nos CRAS. / Beatriz Carlos Pereira Justiniano. - 2021.
60 f.: il.: gráf..

Orientadora: Profa. Dra. Cristiane Silva-Tomaz.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Serviço Social. 2. Centro de Referência de Assistência Social. 3. Política de Assistência Social. 4. Técnico de Referência. 5. Atribuições e competências. 6. Particularidades do exercício profissional. I. Silva-Tomaz, Cristiane. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 364.4

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa-Bibliotecário ICSAUFOP-CRB6a1407



FOLHA DE APROVAÇÃO

Beatriz Carlos Pereira Justiniano

“As particularidades do trabalho da/do assistente social na política de Assistência Social: estudo comparativo das competências e atribuições específicas do trabalho do assistente social nos CRAS”.

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

Aprovada em 27 de agosto de 2021

Membros da banca

Profª Drª Cristiane Tomaz
Universidade Federal de Ouro Preto

Profª Drª Adriana de Andrade Mesquita
Universidade Federal de Ouro Preto

Prf. Dr. Marlon Garcia da Silva
Universidade Federal de Ouro Preto

Profª Drª Cristiane Tomaz, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 03/09/2021



Documento assinado eletronicamente por **Cristiane Silva Tomaz, CHEFE DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**, em 03/09/2021, às 17:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0217634** e o código CRC **BBD223E8**.

A todas as pessoas que lutam arduamente contra o sistema vigente. A todos que me estenderam a mão durante o processo de graduação, especialmente ao meu pai Florentino e a minha mãe Belmira, que com seus imensos sacrifícios e apoio incondicional, em todos esses anos, não há nada que não tenham feito por mim.

AGRADECIMENTOS

Agradecer a todos que fizeram parte desta jornada é tarefa quase impossível, pois foram muitos e todos de extrema importância.

Agradeço, primeiramente, a Deus, que sempre esteve ao meu lado e que em sua infinita bondade, nos momentos de desespero foi a minha calma. Obrigada, meu Pai Eterno, por me presentear com a sabedoria e o discernimento necessários me concedendo assim a honra e o privilégio de alcançar esta dádiva que é ter um curso superior.

A todos os docentes do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto, se cheguei até aqui, foi graças a vocês, obrigada por fazerem de mim uma profissional competente e um ser humano de postura crítica e pensante.

Agradeço ao meu pai, Florentino, por fazer do meu sonho o seu próprio e que em seus 80 anos de vida, fez inúmeros sacrifícios para que eu tivesse o melhor estudo possível, que sempre me colocou em primeiro lugar, que me apoia incondicionalmente e sempre esteve presente em todos os momentos através de orações, pensamentos e em nossas longas chamadas de vídeo. Papai, não há palavras nesse mundo que expressem a minha gratidão e amor por você, essa conquista é nossa, meus mais sinceros agradecimentos, amo você infinitamente.

A minha mãe, Belmira/Mirian, que é a minha melhor amiga e tem me apoiado desde sempre, que me ensinou a ler e a escrever e que com sua eterna paciência busca me incentivar sempre a ser a melhor pessoa que eu possa me tornar, que luta por mim desde sempre, que nunca me deixou só e que já largou tudo para que pudesse cuidar de mim, que só me dá, colo, carinho, amor e atenção e não me deixou desistir nessa longa estrada que foi esta graduação. Mamãe, esta vitória também é sua, eu te amo muito, obrigada por tudo e por tanto.

Um agradecimento especial à minha orientadora, a Prof^a. Dr^a. Cristiane Tomaz, que permitiu a construção deste trabalho, que me apoiou durante um dos meus piores momentos, que entendeu a minha situação e me deu além de tudo um ombro amigo, que teve uma infinita paciência para comigo me oferecendo excelentes sugestões, apoio e incentivo. Sem ela e seu imenso conhecimento a construção dessa pesquisa não seria possível. Obrigada professora, eu não poderia ter uma orientadora melhor.

Às minhas supervisoras de campo e supervisora acadêmica de estágio: Rejane do Carmo João Carneiro, Perla Estephânia Carvalho dos Anjos Siqueira e Prof^a. Dr^a. Adriana de Andrade Mesquita meus sinceros agradecimentos, vocês foram fundamentais no meu processo de formação profissional sobretudo permitindo na prática conhecer as facetas existentes entre o cotidiano profissional e a bagagem teórica que adquiri na faculdade. Meus agradecimentos a

todos do CRAS Volante Bairros em Mariana e também a todos do CRAS “Casa da Família” em Itanhomi. Cara, Professora Adriana, obrigada por ser uma grande incentivadora e sobretudo minha amiga.

Agradeço aos membros da banca examinadora, Dr.^a Adriana de Andrade Mesquita, Dr.^a Cristiane Silva Tomaz, Dr. Marlon Garcia da Silva, por aceitarem o convite e participarem do maior momento da minha graduação, pelo interesse, disponibilidade e contribuições.

Aos profissionais que disponibilizaram um tempo do seu dia para responder meu questionário e assim contribuíram imensamente com esta presente pesquisa.

Aos amigos que conquistei e aos que já estavam e permaneceram ao longo desta graduação.

Aos meus irmãos Cláudio e Viviane que só me deram apoio, bons exemplos, incentivos, alegrias e suporte ao longo da minha vida.

Aos familiares que estiveram por perto, me incentivando, cobrando e sempre apoiando.

À todos aqueles que estiveram presentes ao longo dessa jornada.

Aos meus padrinhos, Berenice e Winston, que fizeram de tudo para que eu tivesse o melhor estudo possível.

Um agradecimento especial a minha madrinha Andréa, que me deu a inspiração e o exemplo para que eu me tornasse uma Assistente Social, que sempre me mostrou como se deve lutar contra injustiças, a não desistir e a sempre batalhar pelos meus ideais. É um orgulho e honra para mim tê-la como colega de profissão.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso é um estudo que tem como tema as particularidades do trabalho da/do assistente social na política de Assistência Social: estudo comparativo das competências e atribuições específicas do trabalho do assistente social nos CRAS. E, como objetivo geral, problematizar a atuação dos/as assistentes sociais no CRAS quando estes/estas assumem a função de técnicos de referência. A partir de um estudo bibliográfico e documental, a priori pretendia-se realizar uma pesquisa de campo, via entrevista com os assistentes sociais funcionários dos CRAS nas cidades de Conselheiro Lafaiete, Itabirito, Itanhomi, Mariana, Ouro Branco e Ouro Preto, por entender que essa ferramenta permitiria maior obtenção de dados da realidade a ser estudada. No entanto, em decorrência da pandemia de COVID-19, que nos assola desde março de 2020, as atividades presenciais da UFOP foram suspensas em março de 2020, mantidas as atividades de pesquisa e extensão quando possível e o ensino foi retomado de forma remota em janeiro de 2021. Diante desse fato e também por priorizar evitar contaminações por ambas as partes, decidimos optar por uma adaptação das entrevistas, onde foi aplicado um questionário (anexo I) por e-mail, via plataforma Google Forms, enviado aos profissionais atuantes nos CRAS dos municípios supramencionados. Deste universo, quatro (4) profissionais responderam o questionário, o qual teve o intuito de problematizar se existe diferença entre a atuação profissional do assistente social e do/a psicólogo/a, bem como as implicações éticas e técnicas do trabalho, quando ambos assumem a função de técnicos de referência. Em virtude dos fatos mencionados, o universo de investigação foi reduzido às cidades de Itanhomi, Itabirito e Mariana, com isso foi possível analisar que existe uma tendência a uma atuação genérica como técnicos de referência, do que uma atuação que considere mais as particularidades e as competências de cada profissional.

Palavras-chaves: Serviço Social; Centro de Referência de Assistência Social; Política de Assistência Social; Técnico de Referência; Atribuições e competências; Particularidades do exercício profissional.

ABSTRACT

This course conclusion work is a study that has as its theme the particularities of the work of/of the social worker in the Social Assistance policy: a comparative study of the competences and specific attributions of the work of the social worker in the CRAS. And, as a general objective, to problematize the role of social workers at CRAS when they assume the role of reference technicians. Based on a bibliographic and documentary study, a priori it was intended to carry out a field research, via interviews with social workers employed by CRAS in the cities of Conselheiro Lafaiete, Itabirito, Itanhomi, Mariana, Ouro Branco and Ouro Preto, as it was understood that this tool would allow more data to be obtained from the reality to be studied. However, as a result of the COVID-19 pandemic, which has plagued us since March 2020, UFOP's in-person activities were suspended in March 2020, research and extension activities were maintained when possible and teaching was resumed remotely in January 2021. In view of this fact and also because we prioritize avoiding contamination by both parties, we decided to opt for an adaptation of the interviews, where a questionnaire (Annex I) was applied by email, via the Google Forms platform, sent to professionals working in the CRAS of the aforementioned municipalities. From this universe, four (4) professionals answered the questionnaire, which aimed to question whether there is a difference between the professional performance of the social worker and the psychologist, as well as the ethical and technical implications of the work, when both assume the role of reference technicians. Due to the facts mentioned, the universe of investigation was reduced to the cities of Itanhomi, Itabirito and Mariana, with this it was possible to analyze that there is a tendency towards a generic performance as reference technicians, rather than an action that takes into account the particularities and the skills of each professional.

Keywords: Social Work; Social Assistance Reference Center; Social Assistance Policy; Reference Technician; Attributions and competences; Particularities of professional practice.

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|----|
| Gráfico 1 – Porcentagem de profissionais que afirmaram existir trabalho em equipe dentro do CRAS que trabalham | 39 |
| Gráfico 2 – Porcentagem de profissionais que responderam perceber se há ou não diferenças entre o trabalho realizado pelos profissionais que integram a equipe | 40 |
| Gráfico 3 – Porcentagem de profissionais que afirmam atuar como técnicos de referência ... | 40 |
| Gráfico 4 – Porcentagem de profissionais que afirmam perceber ou não diferenças entre a atuação do assistente social e do psicólogo como técnicos de referência no CRAS em que estão inseridos | 41 |
| Gráfico 5 – Porcentagem de profissionais que identificam relação entre sua formação acadêmica e seu exercício profissional | 41 |
| Gráfico 6 – Porcentagem de profissionais que consideram que detém autonomia para realização das suas funções..... | 42 |
| Gráfico 7 – Porcentagem de profissionais que afirmam que há divisão de tarefas entre a equipe profissional | 42 |
| Gráfico 8 – Porcentagem de profissionais que afirmam se sentir atravessados por demandas de cunho clientelistas no cotidiano do seu exercício profissional..... | 43 |
| Gráfico 9 – Porcentagem de profissionais que identificam que as demandas de cunho clientelistas acontecem de forma esporádica ou diária | 43 |
| Gráfico 10 – Porcentagem de profissionais que afirmam elaborar ou não, laudos, estudos de caso, relatório social, dentre outros em parceria com a psicologia | 44 |
| Gráfico 11 – Porcentagem de profissionais que afirmam desempenhar ou não as mesmas funções que seu parceiro profissional psicólogo | 44 |

LISTA DE SIGLAS

| | |
|---------------|--|
| ABEPSS | Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social |
| CFESS | Conselho Federal de Serviço Social |
| CNAS | Conselho Nacional de Assistência Social |
| CRAS | Centro de Referência de Assistência Social |
| LOAS | Lei Orgânica da Assistência Social |
| NOB | Normas Operacionais Básicas |
| PAIF | Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família |
| PNAS | Política Nacional de Assistência Social |
| SUAS | Sistema único de Assistência Social |
| SCFV | Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos |

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO | 12 |
| 1 TRAJETÓRIA SÓCIO HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO | 14 |
| 1.1 A emergência do Serviço Social no Brasil | 14 |
| 1.2 A Ruptura com o Conservadorismo e a construção do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro | 21 |
| 2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O SERVIÇO SOCIAL | 28 |
| 2.1 A Assistência Social enquanto política de Seguridade Social | 29 |
| 2.2 O Serviço Social na política de Assistência Social | 33 |
| 3 ANÁLISE DO TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NOS CRAS | 37 |
| 3.1 Contextualização dos CRAS de referência | 38 |
| 3.2 Análise dos elementos trazidos pelos profissionais participantes da pesquisa e das implicações ao assumirem a função de técnicos de referência | 45 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 54 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 56 |
| ANEXOS | 58 |
| ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO | 59 |
| ANEXO B - ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO | 62 |

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foi desenvolvido como uma demanda do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto, como condição para a aquisição do título de Bacharel em Serviço Social, tendo por objetivo, analisar e desvendar as particularidades do trabalho da/do assistente social na política de Assistência Social fazendo um estudo comparativo das competências e atribuições específicas do trabalho do assistente social nos CRAS.

O estudo pretende apresentar a trajetória sócio histórica do Serviço Social, da política de assistência social no Brasil e o debate acumulado pela categoria acerca da atuação da/o assistente social nessa política; enquanto reflito sobre as particularidades do trabalho dos/das Assistentes Sociais no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e os desafios que enfrentam nesse espaço sócio ocupacional. O interesse pelo tema a ser abordado neste estudo se deu, pelas diversas reflexões, indagações e questionamentos levantados durante a trajetória no curso de Serviço Social, tais como: como diferenciar o trabalho das/os assistentes sociais no CRAS em relação ao trabalho das/os psicólogas/os? Quais são as particularidades do trabalho da/do assistente social na política de Assistência Social? Estas questões se tornaram a maior inquietação que moveu a presente pesquisa. Considerando que nos dois CRAS em que estagiei pude identificar que tanto assistentes sociais como psicólogas/os assumem a função de técnico de referência ou referência técnica. A meu ver esta atuação pouco ou nada tem de diferente, ou que particulariza a ação de uma ou outra profissão. Por isso, sob orientação da professora Cristiane Tomaz transformamos essa observação e inquietação no objeto de pesquisa do presente Trabalho de Conclusão de Curso. Tais questões são resultado, sobretudo, das minhas experiências e das inquietações geradas ao longo do estágio curricular obrigatório I e II.

O presente trabalho se deu a partir do objetivo de problematizar o trabalho de Assistentes Sociais, nos CRAS, a fim de identificar similaridades, congruências e diferenças na atuação das/os assistentes sociais em relação à atuação profissional das/os psicólogas/os, quando assumem a função genérica de técnico de referência ou referência técnica, refletindo sobre as implicações éticas e técnicas implícitas nessa atuação.

Para construir esta análise, no Capítulo 1, será apresentada a trajetória do Serviço Social como profissão, no Brasil, seu processo de enfrentamento ao pensamento conservador, e a aproximação ao pensamento marxista; trazendo o cenário a partir do Movimento de Reconceituação do Serviço Social Latino-americano e a Renovação no Brasil, com ênfase no

momento em que a teoria marxista adentra ao currículo profissional, o que levou a novas e diferentes possibilidades de apreensão da realidade social e a compreender de forma crítica e política o exercício profissional. Como sintetiza Behring e Boschetti, (2016, p.39) “A investigação marxista caracteriza-se, assim, por não se deixar enganar por aspectos e semelhanças superficiais presentes nos "fatos", procurando chegar à essência do fenômeno.

No Capítulo 2, buscamos apresentar a Assistência Social enquanto política pública, direito do povo e dever do Estado, compondo o campo da Seguridade Social, a partir da Constituição de 1988; bem como a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) que foi implantada somente no ano de 2004, o tardio processo de implementação do SUAS (2005) e o debate acerca das atribuições e competências de Assistentes Sociais no âmbito da política de Assistência Social, a partir do acúmulo construído pela categoria e expresso pelo Conselho Federal de Serviço Social (ano de publicação dos documentos: parâmetros e das competências e atribuições)

No Capítulo 3, inicialmente, pretendia-se construí-lo com as informações obtidas por meio de uma pesquisa a campo, via entrevista com os assistentes sociais funcionários dos CRAS dos municípios de Itanhomi, Mariana, Ouro Preto, Ouro Branco, Itabirito e Conselheiro Lafaiete, por entender que essa ferramenta permitiria maior obtenção de dados da realidade a ser estudada. No entanto, em decorrência da pandemia de COVID-19, que nos assola desde março de 2020, as atividades presenciais da UFOP foram suspensas em março de 2020, mantidas as atividades de pesquisa e extensão quando possível e o ensino foi retomado de forma remota em janeiro de 2021. Diante desse fato e também por priorizar evitar contaminações por ambas as partes, decidi optar pela alteração no instrumental da pesquisa e construímos um questionário (anexo I), que foi enviado por e-mail as/os assistentes sociais via plataforma *GoogleForms*. Pretendíamos realizar a presente pesquisa, com todos os municípios mencionados acima, porém em uma realidade onde haviam vinte e sete (27) profissionais, apenas quatro (04) voltaram com o questionário respondido. Diante da necessidade da urgência de finalização desta monografia, optamos por manter a pesquisa com este quantitativo de respostas, restringindo o universo de estudo, mantendo os municípios de Itanhomi, Mariana e Itabirito. Em um primeiro momento neste presente capítulo serão contextualizados os CRAS dos municípios de Itanhomi, Mariana e Itabirito, para posteriormente, expor e analisar os resultados obtidos com o questionário realizado com os profissionais.

Por fim, nas considerações finais buscou-se identificar as similaridades e diferenças na atuação profissional dos Assistentes Sociais e Psicólogos, como técnicos de referência e as implicações éticas e técnicas quando ambos assumem esta função aparentemente genérica.

1 TRAJETÓRIA SÓCIO HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

Vamos dar início ao trabalho, trazendo um pouco de como se deu a emergência da profissão Serviço Social no Brasil. No item 1.1 será abordado a categoria questão social, elemento determinante para compreendermos o significado social da profissão de Serviço Social na sociedade capitalista com as particularidades históricas da sociedade brasileira.

No item 1.2 será realizado a continuação da trajetória histórica, contudo trazendo o Movimento de Reconceituação e a incorporação do Marxismo no bojo da profissão, o que levou a construção de um projeto profissional.

O marxismo (que teoricamente esclarece a situação da classe operária e lhe fornece uma consciência de classe elevada ao nível da consciência teórica) não é uma filosofia materialista, porque já não é uma filosofia. Não é mais nem idealista, nem materialista, porque é fundamentalmente histórica. Ela explicita a historicidade do conhecimento; revela a historicidade do ser humano, a formação econômico-social. (IAMAMOTO, 2000, p.224).

1.1 A emergência do Serviço Social no Brasil

É pertinente adentrar na discussão da trajetória sócio histórica do Serviço Social, no Brasil, falando sobre a “questão social”, expressão conhecida por refletir as desigualdades sociais produzidas pelo modo de produção capitalista, como também é a responsável pela urgência da institucionalização do Serviço Social como profissão.

O sistema capitalista se configura através da luta de classes entre dominantes (burguesia) e dominados (classe trabalhadora) e da divisão social e técnica do trabalho, que fragmenta o trabalho. A classe dominante detém os meios de produção, enquanto os dominados dispõem de sua força de trabalho para servir ao capital. Relações estas que são produzidas pelo capitalismo.

A exploração abusiva a que é submetido - afetando sua capacidade vital- e a defensiva que o operário desenvolve aparecerão, em determinado momento, para o restante da sociedade burguesa, como uma ameaça aos seus mais sagrados valores, “a moral , a religião e a ordem publica”. Importa-se a partir daí a necessidade do controle social da exploração da força de trabalho. A compra e venda dessa mercadoria especial sai

da pura esfera mercantil pela imposição de uma de uma regulamentação jurídica de mercado de trabalho através do Estado. (IAMAMOTO, CARVALHO, 2006, p.128).

Apesar de o capitalismo ter se modificado com o passar do tempo, Netto (1989, p.90) expõe que o Serviço Social, se institui como profissão “a partir do trânsito do capitalismo concorrencial à idade do monopólio, ao estágio imperialista”. O último trata do momento mais crítico e acentuado das contradições do sistema capitalista, tornando a “questão social”, nas suas mais diversas expressões objeto da intervenção estatal. Assim, "o capitalismo monopolista recoloca, em patamar mais alto, o sistema totalizante de contradições que confere à ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação, e transitoriedade histórica - todos eles desvelados pela crítica marxiana." (NETTO, 1996, p.15)

Netto (1989, p.91), inspirado em Marx, afirma que o capitalismo é a produção e reprodução contínua e ampliada da “questão social” e que o Serviço Social como profissão nasce nesse contexto dos monopólios quando o Estado se vê "pressionado" a intervir para enfrentar as expressões da "questão social". De acordo com Iamamoto e Carvalho (2006, p, 29), “é somente nessas condições que as sequelas da "questão social” tornam-se mais exatamente: podem tornar-se objeto de uma intervenção contínua e sistemática por parte do Estado. (IAMAMOTO, CARVALHO, 2006, p.29)

A crise de 1929 representa um marco importante para começar explicando a trajetória da sociedade brasileira. Iamamoto e Carvalho (2006) analisam este período como momentos centrais de um processo que leva a uma reorganização das esferas estatal e econômica, apressando o deslocamento do centro motor da acumulação capitalista das atividades de agro-exportação para outras de realização interna. Os autores ainda expõem sobre a situação dos trabalhadores neste período acentuado da industrialização, na qual

Historiadores e sociólogos que estudam a situação do proletariado neste período são concordes em que essa parcela da população urbana vivia em condições angustiantes. Amontoavam-se em bairros insalubres junto às aglomerações industriais, em casas infectadas, sendo muito frequente a carência - ou mesmo a falta absoluta- de água, esgoto e luz. (IAMAMOTO, CARVALHO, 2006, p.131).

Neste cenário, encontra-se a classe trabalhadora com condições de trabalho insalubres e salários baixíssimos e insuficientes para manter despesas básicas do operário. Diante desta situação, as mulheres também começam a vender sua força de trabalho, assim como as crianças, em jornadas de trabalho exaustivas e com salários inferiores aos dos homens. Como concorda Iamamoto e Carvalho

Warren Dean calcula, já para 1920, que a força de trabalho industrial de São Paulo é uma terça parte constituída de mulheres, metade aproximadamente são operárias e operários menores de 18 anos, e 8% menores de 14 anos. A jornada normal de trabalho apesar de diferir por ramos industriais - é, no início de século, de 14 horas. (IAMAMOTO E CARVALHO, 2006, p.129).

Para esses trabalhadores não é garantido nenhum direito (apenas a resignação). Nas palavras de Iamamoto e Carvalho (2006, p.132), "Essas condições de trabalho e existência tornam necessária a organização do proletariado para sua defesa," no intuito de ir a luta contra o trabalho excessivo e das péssimas condições de realizar o mesmo. Os autores informaram que os primeiros movimentos e entidades reivindicatórias criadas, "No desenvolvimento das lutas operárias, surgiram formas superiores de organização, como Congressos Operários, Confederações operárias, englobando diversos ofícios e cidades, e uma imprensa operária, que se destacavam pela combatividade." (IAMAMOTO e CARVALHO, 2006, p.133)

Neste período conquistas dos operários não podem ser subestimadas, como Iamamoto e Carvalho (2006, p.132) afirmam "em 1925 é criado o Conselho Nacional do Trabalho, e em 1926, a ortodoxia da primeira Constituição republicana é parcialmente rompida." Neste momento, são aprovadas leis importantes chamadas de leis de "proteção ao trabalho".

Nos anos 1930, o Estado assume a regulação das tensões entre as classes sociais mediante um conjunto de iniciativas: a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o Salário Mínimo e outras medidas de cunho controlador, assistencial e paternalista. Ao reconhecer a legitimidade da questão social no âmbito das relações entre capital e trabalho, o governo Vargas buscou enquadrá-la juridicamente, visando à desmobilização da classe operária e a regulação das tensões entre as classes sociais. (YAZBEK, 2009, p. 06).

Iamamoto e Carvalho (2006, p.133) analisam que a classe trabalhadora, mesmo com avanço, permanece com suas conquistas em patamar estreito, ao comparar as consequências hostis que o sistema a impõe.

As ligeiras melhoras alcançadas em sua existência cotidiana-isto é, condições de vida e trabalho menos insuportáveis não escondem, no entanto, o extraordinário crescimento de sua miséria relativa, tributo pago a um capitalismo que apenas poderia expandir sua acumulação com base na superexploração da força de trabalho. (IAMAMOTO, CARVALHO, 2006, p.133).

Neste cenário de mobilizações por parte da classe operária e acirramento da "questão social", exigiu um posicionamento do Estado. Contudo, este posicionamento está vinculado a atender a dinâmica da reprodução dos superlucros. No momento em que a classe trabalhadora recebe um retorno positivo do Estado, este já foi pensado estrategicamente e reformulado para

responder aos interesses privados. Para Netto (1996, p.22), “o Estado funcional ao capitalismo monopolista é, no nível das suas finalidades econômicas, o comitê executivo da burguesia - monopolista- opera para propiciar o conjunto de condições necessárias à acumulação e à valorização do capital”. Ou seja, a partir desta perspectiva o Estado lança mão de uma estratégia de controle sobre a classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que atende parcialmente às suas reivindicações, garantindo as condições necessárias à acumulação capitalista.

Netto (1996) traz que o Estado intervém com a função de garantir lucros, ele trata como funções econômicas diretas e indiretas. No momento em que o Estado dá respostas às classes sociais, ele traz o olhar de mediador, que responde em parte aos interesses contraditórios das classes sociais antagônicas, ganhando legitimidade diante das classes trabalhadoras, com finalidade de garantir acumulação capitalista e super lucros.

A intervenção estatal macroscópica em função dos monopólios é mais expressiva onde fundem atribuições diretas e indiretas do estado: trata-se das linhas da direção do desenvolvimento, através de planos e projetos de médio e longo prazos; aqui sinalizando investimentos e objetivos, O estado atua como instrumento de organização da economia, operando notadamente como administrador dos ciclos de crise. (NETTO, 1996, p.22).

O Estado não reconhece a "questão social" (desemprego, fome, falta de habitação, etc) como expressão de uma conjuntura estrutural, ele individualiza o problema como responsabilidade dos sujeitos que vivenciam estas expressões da “questão social”. Sendo assim, o Estado intervém de maneira limitada e coerente com a lógica burguesa. A estratégia se constitui em integrar a massa de trabalhadores ao sistema, ao mesmo tempo, que atende em parte as reivindicações dos movimentos sociais. É a chegada do momento em que a classe operária dá entrada ao cenário político, e de alguma forma seus interesses passam a ser reconhecidos.

Cabe ainda assinalar que, nesse momento, a "questão social" é vista a partir do pensamento social da Igreja, como questão moral, como um conjunto de problemas sob a responsabilidade individual dos sujeitos que os vivenciam embora situados dentro de relações capitalistas. Trata-se de um enfoque conservador, individualista, psicologizante e moralizador da questão, que necessita para seu enfrentamento de uma pedagogia psicossocial, que encontrará, no Serviço Social, efetivas possibilidades de desenvolvimento. (YAZBEK, 2009, p.08).

Nesta direção, Netto (1996) afirma que o sistema de seguro social é uma expressão de controle sobre a classe trabalhadora. Para Iamamoto e Carvalho

Sua luta, [a dos trabalhadores], marcada pela resistência nos prolongados momentos de apatia e conformismo sob o esmagamento econômico, e pela intermitência das greves e das explosões de inconformismo, terá um saldo de vitórias bastante reduzido. Vitórias que são arrancadas palmo a palmo e fruto exclusivo de seu esforço. (IAMAMOTO, CARVALHO, 2006 p.133).

As intervenções do Estado através da garantia de aposentadoria e pensões, por exemplo, não atendem apenas às reivindicações da classe trabalhadora, elas são instrumentos para contrarrestar a tendência ao subconsumo (NETTO, 2006, p.31). Assim, o capitalismo vai até às últimas consequências para manter o consumo. É neste contexto que surge o Serviço Social. Para Iamamoto e Carvalho (2006, p.129), surge da iniciativa de grupos e frações de classes que se manifestam, principalmente, por intermédio da Igreja Católica.

Os primeiros grupos de assistentes sociais foram formados por segmentos da classes dominante, citados por Iamamoto e Carvalho (2006, p.139) como “Elite da Primeira República” os quais acreditavam na benevolência como forma de salvação, “pela porta estreita da caridade”, é antes de tudo um custo derivado da sua posição social. A Igreja Católica ainda foi responsável pelo ideário e pelo conteúdo e pelo processo de formação dos primeiros assistentes sociais.

Em 1932, é criado o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), entidade que seria fundadora e mantenedora da primeira Escola de Serviço Social do país. O Centro surge após um curso intensivo de “formação social para moças”, organizado pelas Cônegas de Santo Agostinho de 1o de abril a 15 de maio de 1932. A direção desse curso coube à Melle. Adèle de Loneux, professora da Escola Católica de Serviço Social da Bélgica. Com uma programação teórico-prática (que incluía visitas a instituições beneficentes), o curso encontrou grande aceitação entre jovens católicos, que buscaram criar uma associação de ação social. (YAZBEK, 2009, p.07).

Se faz possível analisar que o Serviço Social se difundiu no bojo de uma perspectiva conservadora e tradicionalista alinhada ao pensamento burguês, com o objetivo de difundir a doutrina e a ação social da Igreja. Yazbek (2009) afirma que o momento em que está como força social é representado pelo Papa Leão XIII, mobiliza o laicado a partir das diretrizes da Rerum Novarum (1891), que foi o momento que a Igreja se posicionou frente à situação dos operários, a mesma apoiava o direito dos trabalhadores de formarem sindicatos, contudo defendia o direito à propriedade privada.

Esta atuação da profissão na divisão social do trabalho se modifica e sofre redefinições com as mudanças dos contornos da “questão social”, mas se trata de uma atuação sempre referida aos processos de criação de condições fundamentais para a reprodução social da vida dessas classes (YAZBEK, 2009, p.14).

Nessa perspectiva, a reprodução das relações sociais é entendida como a reprodução da totalidade da vida social, o que engloba não apenas a reprodução da vida material e do modo de produção, mas também a reprodução espiritual da sociedade e das formas de consciência social através dos quais o homem se posiciona na vida social. Ou seja, a reprodução das relações sociais como a reprodução do capital permeia as várias dimensões e expressões da vida em sociedade. (IAMAMOTO, CARVALHO, 1995, p.65).

Yazbek (2009, p.04 e 05) analisa que o Serviço Social vem de um contexto de implicações políticas do exercício profissional que se desenvolve no contexto de relações entre classes, a prática profissional do Serviço Social é necessariamente polarizada pelos interesses de classes sociais, não podendo ser pensada fora dessa trama, uma vez que os profissionais estão inseridos nessa relação de contradição entre capital x trabalho.

Nesse contexto, as maiores empresas começaram a se posicionar e oferecer aos seus empregados benefícios e serviços sociais. Contudo seu acesso era condicionado ao bom comportamento diante das greves e a vida pessoal regrada. Segundo Iamamoto e Carvalho (2006, p.139), tais benefícios e serviços sociais existiam apenas como instrumento para mobilizar o consenso em torno das metas de produção, incentivos, que reforçaram e ainda reforçam, nos dias de hoje, a dependência dos trabalhadores sob empregadores e aumentam a taxa de exploração.

Com a incorporação de parte das reivindicações dos trabalhadores, pelo reconhecimento legal de sua cidadania através de leis sindicais, sociais e trabalhistas, o que, ao lado das grandes instituições assistenciais, abre para o emergente Serviço Social brasileiro um mercado de trabalho, para além bloco católico, assumindo um lugar na execução das política social emanadas do Estado.

Assim, pela criação e desenvolvimento de instituições assistenciais estatais particularmente na década de 1940, o Estado passa a intervir no processo de reprodução das relações sociais, assumindo o papel de regulador e fiador dessas relações, tanto na viabilização do processo de acumulação capitalista, como no atendimento das necessidades sociais das classes subalternas. (YAZBEK, 2009, p.09).

O Estado responde às manifestações da classe trabalhadora com o objetivo de disciplinamento e controle da força de trabalho, não só pela coerção, mas buscando uma mediação e consenso na sociedade - criando-se assim as bases históricas e sociais da emergência e legitimidade social do Serviço Social. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse

terreno movidos por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade (IAMAMOTO, 1998, p.28).

Assim, podemos afirmar que o Serviço Social participa tanto do processo de reprodução dos interesses de preservação do capital, quanto das respostas às necessidades de sobrevivência dos que vivem do trabalho. Não se trata de uma dicotomia, mas do fato de que ele não pode eliminar essa polarização de seu trabalho, uma vez que as classes sociais e seus interesses só existem em relação. Relação que, como já afirmamos, é essencialmente contraditória e na qual o mesmo movimento que permite a reprodução e a continuidade da sociedade de classes cria as possibilidades de sua transformação. (YAZBEK, 2009, p.05).

Yazbek (2009) reconhece que este momento do Estado brasileiro apresenta fortes características paternalistas e repressivas, reforçadoras da ideia de um Estado humanitário e benemerente, cujas políticas sociais, de fato, não são eficientes, pois fazem parte de precários e insuficientes padrões de Proteção Social.

No entanto, as políticas governamentais no campo social em nosso país, embora, historicamente, expressem o caráter contraditório das lutas sociais, acabam por reiterar o perfil da desigualdade social da sociedade brasileira, mantendo essa área de ação incapaz de modificar esse perfil. Porém, e apesar dessas características, vemos crescer a dependência de parcelas cada vez maiores da população dos serviços sociais públicos para o atendimento de suas necessidades, particularmente no que se refere às condições de vida no espaço urbano social. (YAZBEK, 2009, p.10-11).

Importante considerar a incapacidade genética do Estado em gerar políticas sociais que dêem respostas às seqüelas da superexploração.

Segundo Yazbek (2009) é na relação com a Igreja Católica que o Serviço Social brasileiro vai fundamentar a formulação de seus primeiros objetivos político/sociais orientando-se por posicionamentos de cunho humanista conservador.

No momento em que a Igreja se mobiliza para a recuperação e defesa de seus interesses e privilégios corporativos, e para a reafirmação de sua influência normativa na sociedade. Momento em que a Igreja passa por uma reordenação interna profunda e procura mobilizar, reorganizar e rearmar o bloco católico, lançando-o numa militância ativa. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p. 226).

Nas décadas de 1940 e 1950, início de mudanças políticas, sociais e culturais que expressam, nos anos de 1960, as novas configurações que caracterizam a expansão do capitalismo mundial, que impõem à América Latina um estilo de desenvolvimento excludente e subordinado.

O conservadorismo católico que caracterizou os anos iniciais do Serviço Social brasileiro começa, especialmente a partir dos anos 1940, a ser tecnicado ao entrar em contato com o Serviço Social norte americano e suas propostas de trabalho permeadas pelo caráter conservador da teoria social positivista. (YAZBEK, 2009, p.04).

Yazbek (2009) traz sobre a inspiração na teoria social positivista, que foi o primeiro suporte técnico - científico da profissão, a qual ela entende por “reiterar para a profissão o caminho do pensamento conservador (agora, pela mediação das Ciências Sociais)”. A autora ainda expõe sobre o método positivista que:

No caso do Serviço Social, um primeiro suporte teórico-metodológico necessário à qualificação técnica de sua prática e à sua modernização vai ser buscado na matriz positivista e em sua apreensão manipuladora, instrumental e imediata do ser social. Este horizonte analítico aborda as relações sociais dos indivíduos no plano de suas vivências imediatas, como fatos, como dados, que se apresentam em sua objetividade e imediaticidade. (YAZBEK, 2009, p.06).

O desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais engendradas nesse processo de desenvolvimento, começa a gerar inquietações e questionamentos no Serviço Social, os quais reconhecem as novas necessidades sociais, e a necessidade de superar as ações caritativas, as quais de fato não solucionavam as sequelas da “questão social”. Assim, o Serviço Social vai passar por um processo de renovação que vai levá-lo à construção de outro projeto de profissão, ancorado na teoria marxista.

1.2 A Ruptura com o Conservadorismo e a construção do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro

O denominado Movimento de Reconceituação, aquele iniciado em conjunto pelo Serviço Social latinoamericano, entre os anos de 1965 a 1975, foi a tentativa dos profissionais de superarem a dominação das chamadas “amarras capitalistas”. Foi um importante processo erosivo para o Serviço Social tradicional; a ruptura com o Serviço Social tradicional se inscreve na dinâmica de luta pela libertação nacional e de transformações da estrutura capitalista excludente, concentradora, exploradora; intimamente vinculado ao circuito sociopolítico latino-America do da década de 1960

(...) perfilou-se, desde o seu nascedouro, como um movimento de denúncia - de autocrítica e de questionamentos societários que tinha como contraface um processo seletivo de busca da construção de um novo Serviço Social latino-americano, saturado

de historicidade, que apostasse na criação de novas formas de sociabilidade a partir do próprio protagonismo dos sujeitos coletivos. (IAMAMOTO, 2011, p.207).

O desenvolvimento do debate e da produção intelectual do Serviço Social brasileiro, na explicitação das seguintes vertentes do processo de Renovação do Serviço Social Brasileiro, que emergiram no bojo do Movimento de Reconceituação:

Yazbek (2009, p.09) exemplifica cada vertente.

- a vertente modernizadora (NETTO, 1994, p.164) caracterizada pela incorporação de abordagens funcionalistas, estruturalistas e mais tarde sistêmicas (matriz positivista), voltadas a uma modernização conservadora e à melhoria do sistema pela mediação do desenvolvimento social e do enfrentamento da marginalidade e da pobreza na perspectiva de integração da sociedade. Os recursos para alcançar estes objetivos são buscados na modernização tecnológica e em processos e relacionamentos interpessoais. Estas opções configuram um projeto renovador tecnocrático fundado na busca da eficiência e da eficácia que devem nortear a produção do conhecimento e a intervenção profissional;
- a vertente inspirada na fenomenologia [Reatualização do conservadorismo], que emerge como metodologia dialógica, apropriando-se também da visão de pessoa e comunidade de E. Mounier (1936) dirige-se ao vivido humano, aos sujeitos em suas vivências, colocando para o Serviço Social a tarefa de "auxiliar na abertura desse sujeito existente, singular, em relação aos outros, ao mundo de pessoas" (ALMEIDA, 1980, p. 114). Esta tendência que no Serviço Social brasileiro vai priorizar as concepções de pessoa, diálogo e transformação social (dos sujeitos) é analisada por Netto (1994, p. 201 e ss) como uma forma de reatualização do conservadorismo presente no pensamento inicial da profissão;
- a vertente marxista [intenção de ruptura] que remete a profissão à consciência de sua inserção na sociedade de classes e que no Brasil vai configurar-se, em um primeiro momento, como uma aproximação ao marxismo sem o recurso ao pensamento de Marx. (YASBEK, 2009, p.09)

A vertente de inspiração mais crítica da Renovação, a intenção de ruptura, coloca aos Assistentes Sociais a necessidade da construção de um novo projeto comprometido com as demandas das classes subalternas. Embora seja um processo complexo, que se inicia um diálogo com a teoria social de Marx.

É no bojo deste movimento, de questionamentos à profissão, não homogêneos e em conformidade com as realidades de cada país, que a interlocução com o marxismo vai configurar para o Serviço Social latinoamericano a apropriação de outra matriz teórica: a teoria social de Marx. Embora esta apropriação se efetive em tortuoso processo. (YAZBEK, 2009, p.07)

Os autores Iamamoto e Carvalho (2011) ainda enfatizaram sobre a teoria marxista e seus desdobramentos para a teoria crítica do Serviço Social.

O que importa é que o conjunto da reflexão marxiana é denominado pela idéia que, no social, se dá uma articulação entre o mundo da causalidade e da teleologia, ou seja,

entre o fato de que as ações humana são determinadas por condições externas aos indivíduos singulares e o fato de que, ao mesmo tempo, o social é constituído por projetos que os homens tentam implementar na vida social. A Ontologia marxista dirá que o ser social é formado por determinismo e liberdade. Ou em termos mais modernos, utilizados pelas ciências sociais contemporâneas, que a sociedade é formada simultaneamente por momentos de estrutura e momentos de ação. (IAMAMOTO, CARVALHO, 2011, p.203)

A ruptura com o conservadorismo histórico no plano teórico é a tomada de consciência sobre a realidade, entendendo que as ações humanas são determinadas por condições externas ao indivíduo. Foi necessário uma luta coletiva da categoria, um preparo teórico e político para decifrar a dinâmica conjuntural, rompendo com as ideias tradicionais, as quais naturalizam a “questão social”; Iamamoto (2000) traz sobre a aproximação do Serviço Social e o marxismo.

Se a reconceitualização viabilizou a primeira aproximação do Serviço Social com o marxismo por rotas tortuosas, o primeiro encontro do Serviço Social com a obra marxiana, dela decorrendo explícitas derivações para a análise do Serviço Social, deu-se, no Brasil, apenas na década de 1980. Tratou-se de um encontro de nova qualidade com a tradição marxista: mediado pela produção de Marx e por pensadores que construíram suas elaborações fiéis ao espírito da análise marxiana, desenvolvendo criativamente suas sugestões, preenchendo lacunas e enriquecendo aquela tradição com as novas problemáticas emergentes com a maturação capitalista na época dos monopólios (A. Gramsci; G. Lukács; N. Poulantzas; p. Baran; E. Sweezy; E. Mandel; A. Heller, entre outros, além dos "clássicos"). (IAMAMOTO, 2000, p.233-234)

O entendimento da realidade para a efetivação do trabalho não foi e nunca será uma tarefa fácil, pois a realidade é densa, heterogênea, complexa. Por muito tempo sendo naturalizada e até hoje se pode observar a capacidade das pessoas em banalizar e culpabilizar os sujeitos que se encontram dominados pelo processo de acumulação capitalista.

Iamamoto (2006) traz uma análise sobre a ruptura com o Serviço Social tradicional.

O que importa ressaltar (...) é que se a descoberta do marxismo pelo Serviço Social latino-americano contribuiu decisivamente para um processo de ruptura teórica e prática com a tradição profissional, as formas pelas quais se deu aquela aproximação do Serviço Social com o amplo e heterogêneo universo marxista foram também responsáveis por inúmeros equívocos e impasses de ordem teórica, política e profissional cujas refrações até hoje se fazem presentes. (IAMAMOTO, 2006, p.209-210).

Portanto, se pode reconhecer o processo de ruptura teórica e política que se configurou a trajetória profissional do assistente social. A luta pelo reconhecimento dos assistentes sociais como profissionais que se dedicam a lutar por uma justiça social, em meio a tantas desigualdades e explorações, atuando nos desafios que interessam à massa da população.

O assistente social o qual se encontra inserido na divisão sócio técnica do trabalho, vende seu trabalho intelectual, em troca de um salário, entra no processo de mercantilização, como trabalhador assalariado, sendo assim, mesmo que o profissional tenha uma leitura crítica da realidade ele se reconhece inserido na lógica do sistema de acumulação capitalista.

Iamamoto e Carvalho (2012) apresentam sobre a condição intelectual do profissional, e a necessidade do seu reconhecimento como classe trabalhadora, o qual é um trabalhador assalariado que atende as necessidades da classe à qual pertence.

O profissional de Serviço Social é, aqui, também considerando a sua condição de intelectual. Para concretizá-lo, busca-se suporte em Gramsci, para quem essa categoria não constitui um grupo autônomo e independente das classes fundamentais; ao contrário, tem o papel de dar-lhes homogeneidade e consciência de sua função, isto é, de contribuir na luta pela direção social e cultural dessas classes na sociedade. Trata-se do “organizador, dirigente e técnico” que coloca sua capacidade a serviço da criação de condições favoráveis à organização da própria classe a que se encontra vinculado. Posto que expressa uma identidade pela consciência e pela prática com essas classes, são orgânicos, organicidade que é tanto maior quanto mais íntima a conexão com uma classe fundamental (burguesia ou proletariado). (IAMAMOTO, CARVALHO, 2012, p.94).

Behring diz que:

Nessa perspectiva, a tradição marxista oferece uma leitura da dinâmica da sociedade burguesa, de como ela se produz e reproduz e, dentro disso, de como a desigualdade social é inerente a estas relações sociais (Marx, 1988 e 1997). Oferece também o estudo das transformações ao longo do século XX, produzidas pelos movimentos da economia e da política, dos quais se desdobram hipóteses orientadoras para pensar a política social, seu significado, suas possibilidades e limites na contemporaneidade. (BEHRING, 2000, p.16).

O Serviço Social tem na “questão social” a base de sua fundação como especialização do trabalho, a qual vai se modificando, novas roupagens, novas expressões vão se formando em decorrência dos processos históricos, como afirma Iamamoto (2012),

As configurações assumidas pela questão social são condicionadas pela formação cultural brasileira, em seus traços de clientelismo, em que os trabalhadores foram historicamente tratados como súditos, receptores de benefícios e favores e não cidadãos, portadores de direitos. Mas aquelas configurações passam também pelas suas expressões singulares presentes na vida de cada um dos indivíduos atendidos pelo assistente social. (IAMAMOTO, 2012, p.53).

Iamamoto (2012) considera que, neste cenário, tem-se a tendência de naturalizar as múltiplas desigualdades, que condensam as relações sociais desiguais e contraditórias dessa sociedade.

Ainda sobre as particularidades históricas e a “questão social”,

A desigualdade que preside o processo de desenvolvimento do país tem sido uma de suas particularidades históricas: o moderno se constrói por meio do “arcaico”, recriando nossa herança histórica brasileira ao atualizar marcas persistentes e, ao mesmo tempo, transformando-as no contexto da globalização. Isso atribui um ritmo histórico particular ao processo de mudanças, uma cadência histórica particular, em que tanto o novo quanto o velho se alteram. Essa coexistência de temporalidades históricas desiguais faz com que a questão social apresenta, hoje, tanto marcas do passado quanto do presente, radicalizando-a. (IAMAMOTO, 2015, p.37).

Vale lembrar que foi através de muitas lutas e reivindicações da classe trabalhadora que se conseguiu exigir a intervenção do Estado frente a “questão social”, em reconhecer que os sujeitos são detentores de direitos. Iamamoto (2012, p.48) explicita que é nesse terreno de disputa que trabalhamos.

Dispondo de uma dimensão estrutural, ela atinge visceralmente a vida dos sujeitos numa luta aberta e surda pela cidadania, (Ianni, 1992), no embate pelo respeito aos direitos civis, sociais e políticos e aos direitos humanos. Esse processo é denso de conformismos e rebeldias, forjados ante as desigualdades sociais, expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos sociais e políticos de todos os indivíduos sociais. É nesse terreno de disputas que trabalhamos. (IAMAMOTO, 2012, p.48).

Neste mesmo texto a autora ainda explicita a trajetória de estreitamento dos vínculos políticos e teóricos que vêm se operando na órbita do Serviço Social com os movimentos e lutas sociais das classes subalternas, em seu processo de constituição como sujeitos sociais coletivos. (IAMAMOTO, 2012 p.231)

O Serviço Social, a partir da teoria marxista compreende o modo de produção capitalista como um sistema produz e reproduz desigualdades. Contudo, tem como possibilidade de intervenção, minimizar os impactos do sistema na vida dos trabalhadores, a classe a qual o mesmo pertence.

Assim, podemos afirmar que o Serviço Social participa tanto do processo de reprodução dos interesses de preservação do capital, quanto das respostas às necessidades de sobrevivência dos que vivem do trabalho. Não se trata de uma dicotomia, mas do fato de que ele não pode eliminar essa polarização de seu trabalho, uma vez que as classes sociais e seus interesses só existem em relação. Relação que, como já afirmamos, é essencialmente contraditória e na qual o mesmo movimento que permite a reprodução e a continuidade da sociedade de classes cria as possibilidades de sua transformação. (YAZBEK, 2013, p.05).

Em suma, se faz necessário trazer que o posicionamento profissional do Serviço Social brasileiro vem sendo orientado por um projeto profissional desde os anos 1960 e 1970, com o Movimento de Reconceituação.

Braz e Teixeira (2009, p.07) explicitam que o projeto articula em si mesmo os seguintes elementos constitutivos: “uma imagem ideal da profissão, os valores que a legitimam, sua função social e seus objetivos, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas, práticas, etc”.

O projeto profissional (e a prática profissional) é, também, projeto político: ou projeto político-profissional. Detém, como dissera Iamamoto (1992), ao tratar da prática profissional, uma dimensão política, definida pela inserção sociotécnica do Serviço Social entre os distintos e contraditórios interesses de classes.

Braz e Teixeira (2009) ainda trazem os projetos societários (ou projetos de sociedade). Quer dizer: os projetos societários estão presentes na dinâmica de qualquer projeto coletivo, inclusive em nosso projeto ético-político.

Os projetos societários podem ser, em linhas gerais, transformadores ou conservadores. Entre os transformadores, há várias posições que têm a ver com as formas (as estratégias) de transformação social. Assim, temos um pressuposto fundante do projeto ético-político: a sua relação ineliminável com os projetos de transformação ou de conservação da ordem social. Dessa forma, nosso projeto filia-se a um ou outro projeto de sociedade não se confundindo com ele. (BRAZ E TEIXEIRA, 2009, p.05).

No caso do Serviço Social, tanto no plano ideal (das ideias) quanto no plano prático, os sujeitos que nele intervêm procuram atender aos diversos interesses sociais que estão em jogo na sociedade (políticos, ideológicos, econômicos etc.). Netto (1999, *apud*) Braz e Teixeira, 2009, p.04) apresenta o projeto profissional como uma “autoimagem” da profissão.

Os projetos profissionais [inclusive o projeto ético político do Serviço Social] apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas [...]

Braz e Teixeira (2009) sintetizam os componentes que o materializam no processo sócio- histórico da profissão.

São eles: a) o primeiro se relaciona com a explicitação de princípios e valores ético-políticos; b) o segundo se refere à matriz teórico-metodológica em que se ancora; c) o

terceiro emana da crítica radical à ordem social vigente – a da sociedade do capital – que produz e reproduz a miséria ao mesmo tempo em que exhibe uma produção monumental de riquezas; d) o quarto se manifesta nas lutas e posicionamentos políticos acumulados pela categoria através de suas formas coletivas de organização política em aliança com os setores mais progressistas da sociedade brasileira. (BRAZ E TEIXEIRA, 2009, p.07).

Inseridos em uma sociedade classista, precisamos considerar que todos os projetos se desenvolvem em meio às contradições econômicas e políticas engendradas na dinâmica das classes sociais antagônicas. A sociedade capitalista impõe limites, os quais ficam limitados ao profissional a pensar estratégias de emancipação humana onde as potencialidades humanas sejam plenamente desenvolvidas. A concepção do Código de Ética de 1993 – resultado de longos debates que se estenderam entre 1990 e 1993 – estabelece uma importante dialética entre a emancipação humana e política, forjando nexos entre a dinâmica da realidade brasileira e o cotidiano profissional. Segundo Behring (2003).

Numa sociedade heterônoma, dependente e extremamente desigual, de passado escravista, na periferia do mundo do capital, apesar dos ares de potência emergente, e com classes dominantes que optaram historicamente por revoluções pelo alto, transições transadas e revolução sem revolução, a luta por direitos e justiça social torna-se, paradoxalmente, fermento de uma perspectiva anticapitalista, traduzindo-se profissionalmente no compromisso com os usuários, com o acesso aos direitos, e com a elaboração de políticas de caráter universal. (BEHRING, 2003, p.16)

Em relação ao Código de Ética de 1993 a autora Behring (2003) assevera

Quanto à coerência interna do Código de Ética de 1993, registro a manutenção do compromisso com os trabalhadores, que se expressa em princípios que apontam para a perspectiva da emancipação humana, a exemplo da plena expansão dos indivíduos sociais e da socialização da economia, da política e da cultura, numa perspectiva de superação da desigualdade de classes. (BEHRING, 2003, p.16).

Contudo, ainda é possível se deparar com profissionais que têm dificuldade de identificar e refletir sobre como os princípios fundamentais do Código de Ética de assistentes sociais se relacionam com o dia a dia de sua atuação.

Nesta perspectiva, início afirmando que é exatamente aí, na realidade mesma, que se põe a necessidade da qualificação profissional e que está, a depender se seus fundamentos permitirem o desvelamento da realidade, condicionada a princípios éticos e uma direção política crítica e contestatória, se converte em competências teórica, política e técnica direcionadas para um exercício que priorize a qualidade do atendimento das demandas dos usuários, convertendo-as em demandas coletivas. (GUERRA, 2013, p.126).

O conservadorismo ainda se expressa de forma significativa no cotidiano das relações sociais, mas se torna incoerente quando se propaga por um profissional. O movimento da categoria é continuar na luta por conquistas da sociedade civil brasileira, ainda que possamos estar longe do processo de emancipação social plena, é necessário desenvolver a capacidade de pensar possibilidades de emancipação política, condição fundamental para a defesa de uma sociedade sem classes.

Ora, o projeto ético-político, se não é resultado exclusivo do processo de ruptura com o conservadorismo, sem dúvida tem suas bases assentadas nele. Contestar a base conservadora significou questionar substancialmente os fundamentos da profissão, processo que não se realizou sem crises, dilemas, equívocos e tampouco ocorreu de forma progressiva/linear e homogênea, passivamente. A afirmação desse projeto crítico perpassa pela correlação de forças que marca uma profissão em sua pluralidade. Sua hegemonia não se consolida de forma imediata; pelo contrário, é mediatizada pelas condições objetivas em que se realiza e pelas subjetivas que determinam a autoimagem da profissão. (SILVA, 2019, p.578).

Para Silva (2019), o atual governo de caráter ultraconservador coloca tensões mais densas e desafios ainda mais tangentes ao Serviço Social. Considerando alguns dos princípios que endossam o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, expressos no Código de Ética Profissional de 1993 (BRASIL, 2012), deixando patente a lógica colidente e dramática dos tempos que se consolidam.

Ao assumir como valor ético central a liberdade, referenda categorias a ela inerentes, isto é, a autonomia e plena expansão dos indivíduos sociais, a justiça social, a ampliação da cidadania e da democracia, bem como a luta pela eliminação dos preconceitos, defesa dos direitos humanos, entre outros. Tal posicionamento implica assumir o compromisso profissional de vinculação à construção e à efetivação de outra ordem societária (nas possibilidades e limites profissionais), cujas bases estão fíncadas nos interesses da classe trabalhadora. (SILVA, 2019, p.562).

2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O SERVIÇO SOCIAL

Neste capítulo, buscamos discorrer sobre a trajetória da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e a atuação do Assistente Social dentro da política.

No item 2.1 traz a Assistência Social como um pilar do Sistema de Proteção Social Brasileiro no âmbito da Seguridade Social. A implementação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e posteriormente do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

No item 2.2 vamos trazer a atuação do assistente social na política de assistência social, bem como as marcas históricas da sociedade que deram contexto para criação do Projeto Ético Político e da Lei de Regulamentação da Profissão.

2.1 A Assistência Social enquanto política de Seguridade Social

Segundo Yazbek (2009, p.13), a profissão resulta de circunstâncias históricas definidas e se consolida na medida em que se constituem no país a Política Social e seus (precários e insuficientes) padrões de proteção social. Sendo assim, se faz importante contextualizar sobre a Constituição Federal de 1988, a qual foi um importante marco para a história da Assistência Social, a partir do seu reconhecimento como política pública, garantidora de direitos sociais.

A chamada Constituição Cidadã trouxe avanços significativos ao estabelecer os direitos civis, políticos e sociais. A partir deste momento a assistência social passa ser reconhecida como direito do povo e dever do Estado.

A Seguridade Social, em construção no país, após a Carta Constitucional de 1988, que afirma o direito dos cidadãos brasileiros a um conjunto de direitos no âmbito das políticas sociais (Saúde, Previdência e Assistência Social). A noção de Seguridade supõe que os cidadãos tenham acesso a um conjunto de certezas e seguranças que cubram, reduzam ou previnam situações de risco e de vulnerabilidades sociais. Essa cobertura é social e não depende do custeio individual direto. A inserção do Serviço Social brasileiro nos debates sobre essa cobertura social marcou a década; (YAZBEK, 2009, p.17).

Boschetti (2016) traz sobre o cenário hostil vivenciado no período de reconhecimento dos direitos sociais.

Seu reconhecimento como direito social tampouco a elevou ao *status* de outros direitos como previdência, saúde, educação. Em textos anteriores, afirmei que a condição subalterna da assistência social no conjunto das políticas sociais deve ser compreendida na sua particularidade de se constituir como uma política social em incessante conflito com as formas de organização social do trabalho no capitalismo. (BOSCHETTI, 2019, p.89).

Houve um avanço com reconhecimento da assistência social como política garantidora de direitos sociais a partir de 1988, mas só em 1993 que a assistência social ganha uma Lei Orgânica que é a LOAS.

Marcada pelo caráter civilizatório presente na consagração de direitos sociais, a LOAS exige que as provisões assistenciais sejam prioritariamente pensadas no âmbito das garantias de cidadania sob vigilância do Estado, cabendo a este a universalização da cobertura e a garantia de direitos e acesso para serviços, programas e projetos sob sua responsabilidade. (PNAS, 2004, p.32).

Segundo a lei SUAS nº 8.742/93 dispõe.

Art. 1º - A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é política de seguridade social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativas públicas e da sociedade, para garantir o atendimento das necessidades básicas. (PNAS, 2004, p.32).

Tal conquista é reflexo do anseio dos atores sociais em efetivar a assistência social como política pública de Estado, definida em Lei. Conhecendo a urgência em abolir a visão assistencialista da assistência social.

A Política Nacional de Assistência Social- PNAS (2004) explicita o objetivo do Ministério do Desenvolvimento Social - MDS e do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

O MDS/SNAS e o CNAS estão muito empenhados em estabelecer políticas permanentes e agora com a perspectiva prioritária de implantar o SUAS, para integrar o Governo Federal com os Estados, Distrito Federal e Municípios em uma ação conjunta. Com isso, busca-se impedir políticas de protecionismo, garantindo aquelas estabelecidas por meio de normas jurídicas universais. Este é o compromisso do MDS, que integra três frentes de atuação na defesa do direito à renda, à segurança alimentar e à assistência social, compromisso também do CNAS. (PNAS, 2004, p.11).

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004, p.11) expressa exatamente a materialidade do conteúdo da Assistência Social como um pilar do Sistema de Proteção Social Brasileiro no âmbito da Seguridade Social.

A Assistência Social, qualificada como política pública, de Proteção Social, constitutiva da Seguridade Social, constituiu-se em tema de estudos, pesquisas e campo de interlocução do Serviço Social com amplos movimentos da sociedade civil que envolveram fóruns políticos, entidades assistenciais e representativas dos usuários de serviços assistenciais. (YAZBEK, 2015, p.17).

Tal conquista é reflexo dos anseios dos atores sociais em efetivar a assistência social como política pública de Estado, definida em Lei. Conhecendo a urgência em abolir a visão assistencialista da assistência social.

Com a necessidade de cumprir as determinações legais da Constituição e da LOAS, destacamos a tardia implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), somente em

2004/2005 que vem com o instituto de materializar o conteúdo da LOAS, através de uma rede de proteção e promoção social (NOB-SUAS, 2005). Precisamos destacar que durante um extenso período de tempo, a assistência social conservou-se nas mãos da filantropia, esse caráter de política pública enquanto dever do Estado com repasses de verba, só vem se efetivar com o SUAS.

O SUAS, cujo modelo de gestão é descentralizado e participativo, constitui-se na regulação e organização em todo o território nacional das ações socioassistenciais. Os serviços, programas, projetos e benefícios têm como foco prioritário a atenção às famílias, seus membros e indivíduos e o território como base de organização, que passam a ser definidos pelas funções que desempenham, pelo número de pessoas que deles necessitam e pela sua complexidade. Pressupõe, ainda, gestão compartilhada, co-financiamento da política pelas três esferas de governo e definição clara das competências técnico-políticas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com a participação e mobilização da sociedade civil, e estes têm o papel efetivo na sua implantação e implementação. (PNAS, 2004, p.39).

Segundo a PNAS (2004), O SUAS “trata das condições para a extensão e universalização da proteção social aos brasileiros através da política de assistência social e para a organização, responsabilidade e funcionamento de seus serviços e benefícios nas três instâncias de gestão governamental”.

A inserção da Assistência Social no campo da Seguridade Social aponta, também, para seu caráter de política de Proteção Social voltada à garantia de direitos e de condições dignas de vida. Segundo Di Giovanni (1998, p.10), entende-se por proteção social as formas "institucionalizadas" que as sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto de seus membros. Tais sistemas decorrem de certas vicissitudes da vida natural ou social, tais como a velhice, a doença, o infortúnio, as privações.

De acordo com a PNAS (2004, p.89) a Assistência Social, assim como a saúde, é direito do cidadão, independe de sua contribuição prévia e deve ser provida pela contribuição de toda a sociedade. Ocupa-se de prover proteção à vida, reduzir danos, monitorar populações em risco e prevenir a incidência de agravos à vida em face das situações de vulnerabilidade.

Ainda, segundo a PNAS (2004), o SUAS define e organiza os elementos essenciais e imprescindíveis à execução da política de assistência social possibilitando a normatização dos padrões nos serviços, qualidade no atendimento, indicadores de avaliação e resultado, nomenclatura dos serviços e da rede socioassistencial e, ainda, os eixos estruturantes e de subsistemas conforme aqui descritos:

Matricialidade Sociofamiliar. • Descentralização político-administrativa e Territorialização. • Novas bases para a relação entre Estado e Sociedade Civil. • Financiamento. • Controle Social. • O desafio da participação popular/cidadão usuário. • A Política de Recursos Humanos. • A Informação, o Monitoramento e a Avaliação. (PNAS, 2004, p.39).

A proteção social de Assistência Social, em suas ações, produz aquisições materiais, sociais, socioeducativas ao cidadão e cidadã e suas famílias para suprir suas necessidades de reprodução social de vida individual e familiar; desenvolver suas capacidades e talentos para a convivência social, protagonismo e autonomia.

Os serviços socioassistenciais, no SUAS, são organizados segundo as seguintes referências: vigilância social, proteção social e defesa social e institucional. Considerando a PNAS (2004), a proteção social de Assistência Social é hierarquizada em básica e especial e, ainda, tem os níveis de complexidade do processo de proteção. Contudo, neste momento vamos salientar sobre a Proteção Social Básica, a qual é o campo de atuação dos profissionais do nosso estudo. De acordo com a PNAS (2004)

A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). (PNAS, 2004, p.33).

Mais especificamente, demandamos por apresentar o Centro de Referência da Assistência Social – CRAS que é o equipamento responsável pela execução dos serviços de Proteção social básica, organiza e coordena a rede de serviços socioassistenciais. Segundo a PNAS, o CRAS é uma unidade pública estatal de base territorial, também conhecido como “casa das famílias”.

O CRAS atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando a orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário. Neste sentido é responsável pela oferta do Programa de Atenção Integral às Famílias . Na proteção básica, o trabalho com famílias deve considerar novas referências para a compreensão dos diferentes arranjos familiares, superando o reconhecimento de um modelo único baseado na família nuclear, e partindo do suposto de que são funções básicas das famílias: prover a proteção e a socialização dos seus membros; constituir-se como referências morais, de vínculos afetivos e sociais; de identidade grupal, além de ser mediadora das relações dos seus membros com outras instituições sociais e com o Estado. (PNAS, 2004, p35).

Vale trazer a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, a qual foi aprovada por meio da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, pelo Conselho Nacional de

Assistência Social (CNAS). Esta normativa possibilitou a padronização em todo território nacional dos serviços de proteção social básica e especial, estabelecendo seus conteúdos essenciais, público a ser atendido, propósito de cada um deles e os resultados esperados para a garantia dos direitos socioassistenciais. Além das provisões, aquisições, condições e formas de acesso, unidades de referência para a sua realização, período de funcionamento, abrangência, a articulação em rede, o impacto esperado e suas regulamentações específicas e gerais.

Cumprindo no tempo histórico dessa política as exigências para a realização dos objetivos e resultados esperados que devem consagrar direitos de cidadania e inclusão social. Contudo, é necessário explicitar que a Política de Assistência Social desenvolve-se em meio a contradição que reproduz sociabilidades funcionais ao capital e poder institucional, e ao mesmo tempo, introduz dispositivos de afirmação de sujeitos políticos, a depender da correlação de forças políticas em confronto.

2.2 O Serviço Social na política de Assistência Social

Segundo o documento elaborado pelo Conselho Federal de Serviço Social “Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social” (CFESS, 2009) a expansão da política de assistência social vem demandando cada vez mais a inserção de assistentes sociais comprometidos/as com a consolidação do Estado democrático dos direitos, a universalização da seguridade social e das políticas públicas e o fortalecimento dos espaços de controle social democrático. Isso requer o fortalecimento de uma intervenção profissional crítica, autônoma, ética e politicamente comprometida com a classe trabalhadora.

Os/as assistentes sociais foram os/as primeiros/as a se mobilizar em defesa da assistência social como direito. E essa luta não se deu de forma isolada. Desde sempre, esses/as profissionais se articularam aos movimentos da classe trabalhadora, dentre os quais, os/as usuários/as da assistência social. Essa articulação se deu e se dá desde o estímulo à organização dos/as usuários/as, passando pela sua mobilização como sujeitos individuais e coletivos, até a construção e fortalecimento de espaços de representação e controle democrático, onde possam ter voz e ação. (CFESS, 2009, p.33).

Sabemos que o Serviço Social, historicamente, atua nas múltiplas expressões da “questão social”, conformadas na ordem social contemporânea e seus procedimentos técnicos são instrumentais vinculados a uma intencionalidade, que extrapola a requisição institucional,

cuja demanda nos é colocada sem lapidação teórica e ético-política. Só a competência do (a) profissional, pelo conhecimento teórico-político é capaz de decifrar seu significado.

Nas palavras de Guerra,

Faz-se necessário que a formação profissional crie condições para que os profissionais possam operar com o mesmo nível de criticidade com que analisam os fundamentos da política social, que tem que ser analisada como espaço laboral, com todas as suas determinações e contradições. (GUERRA, 2018, p.07).

Segundo Yazbek (2011), vale ressaltar que as condições históricas que vão direcionar o exercício profissional do assistente social no Brasil, no contexto da divisão social e técnica do trabalho, é que vão demarcar as possibilidades do projeto profissional, apontando seus limites e suas especificidades. Assim,

O contexto altera a demanda de trabalho do Assistente Social, modifica o mercado de trabalho, altera os processos de trabalho e as condições em que se realizam, nos quais os assistentes sociais ingressam enquanto profissionais assalariados. As relações de trabalho tendem a ser desregulamentadas e flexibilizadas. (CFESS, 2012, p.40).

De acordo com a cartilha “Atribuições privativas do/a Assistente Social em questão”, elaborada publicada pelo CFESS em, 2012, o Código de Ética de 1993 dispõe de um caráter de obrigatoriedade, ao estabelecer direitos e deveres do assistente social segundo princípios e valores humanistas, guias para o exercício cotidiano. Dentre estes princípios, destacam-se:

- o reconhecimento da liberdade como valor ético central, que requer o reconhecimento da autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais e de seus direitos;
- a defesa intransigente dos direitos humanos contra todo tipo de arbítrio e autoritarismo;
- a defesa, aprofundamento e consolidação da cidadania e da democracia da socialização da participação política e da riqueza produzida;
- o posicionamento a favor da equidade e da justiça social, que implica a universalidade no acesso a bens e serviços e a gestão democrática;
- o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, e a garantia do pluralismo;
- o compromisso com a qualidade dos serviços prestados na articulação com outros profissionais e trabalhadores. (CFESS, 2012, p.42).

Sendo possível visualizar comprometido com a defesa dos direitos sociais, da cidadania, da esfera pública no horizonte da ampliação progressiva da democratização da política e da economia na sociedade.

Não obstante, segundo Guerra (2015, p.16), parece-nos que ainda há uma fragilidade na formação que não vem permitindo uma instrumentalidade de novo tipo, posto que não se trata

do ensino do manuseio de instrumentos e técnicas, mas de uma instrumentalidade que seja capaz de indicar a coerência entre a consciência dos fins ético-políticos e as possibilidades dos meios práticos interventivos relacionada a um serviço social crítico da ordem social.

Nesta concepção, a divisão sócio-técnica do trabalho, caracterizada pelas diversas profissões e saberes que as particularizam, é “unificada” através do processo de integralização dos saberes, que é a base do enfoque sistêmico, tido como uma ferramenta útil para se alcançar eficácia e eficiência, critérios, aparentemente, de natureza técnica e supostamente neutros. (GUERRA, 2018, p. 11).

Considerando Iamamoto (2012) a atualidade tem a tendência de naturalizar as múltiplas desigualdades, que condensam as relações sociais desiguais e contraditórias dessa sociedade.

Na atualidade, as propostas imediatas para enfrentar a questão social no país atualizam a articulação assistência focalizada/repressão, com o reforço do braço coercitivo do Estado em detrimento da construção do consenso necessário ao regime democrático, o que é motivo de inquietação. (IAMAMOTO, 2012, p.49).

Segundo o CFESS (2009, p.28), não se pode analisar e planejar a Assistência Social isolada do conjunto das políticas públicas e nem se pode reforçar a perspectiva de que o enfrentamento das desigualdades estruturais pode se dar pela via da resolução de problemas individualizados e que desconsiderem as determinações objetivas mais gerais da sociabilidade. Assim os desafios que se colocam demandam dos/as profissionais, e dos/as assistentes sociais especialmente, uma articulação na defesa do SUAS e de todas as políticas sociais, a partir de uma leitura crítica da realidade e das demandas sociais (CFESS, 2009, p.28).

É preciso problematizar o caráter em que foram criadas as políticas sociais e entender a que lógica elas atendem, Guerra (2018, p.8-9) parafraseia “Ana Elisabete Mota (2008), “a assistência social assume a condição de uma política estruturadora e não mediadora de acesso a outras políticas” (p.138) o que faz dela um mito social, pela sua condição de ideologia e prática política (idem, p.141)”.

Isso porque esse modelo se configura como políticas emergenciais, paliativas, de atendimento imediato, focalizadas, fragmenta as necessidades sociais, realiza-se através de programas de transferência de renda e redução de danos e, no limite, mantém medidas disciplinadoras e de natureza higienista. (GUERRA, 2018, p.09).

A problemática que se faz importante trazer é o caráter institucional que muitas políticas sociais assumem, compreensivo esta postura considerando os moldes e cenário que as políticas se deram. Contudo, o Assistente Social tem a seu favor um Projeto profissional já muito bem

definido. O qual não traz orientações neutras a atuação, mas sim uma postura de consolidar políticas no sentido de reforçar os interesses dos trabalhadores. De acordo com Guerra (2018, p.09) “Nenhum profissional tem que ter o perfil da(s) política (s) na qual atua, mas o perfil que corresponda ao projeto da sua profissão”.

As políticas sociais devem contemplar o conhecimento técnico-científico das profissões envolvidas e não pautar esse conhecimento. Devem contemplar as atribuições e competências para as quais as profissões foram formadas e não definir atribuições e competências ou impor as respostas que as profissões devem dar às demandas institucionais. Para que um profissional possa contribuir para a resolutividade das ações programáticas e emergenciais necessita reunir determinadas características, deter determinados conhecimentos, dominar determinados instrumentos, pautar-se em determinados valores e, fundamentalmente, ter certo grau de autonomia profissional. (GUERRA, 2018, p.10).

Tanto a Lei Orgânica (LOAS) quanto o SUAS são avanços que estão a todo momento correndo o risco de serem sucateados. A partir daí que vê a necessidade de profissionais comprometidos em atuar de forma ética política em defesa do código de ética e lei de regulamentação, estes documentos impõe a instituição limites e autonomia ao profissional, como também vem reafirmar os direitos dos trabalhadores.

Ora, a apreciação que fazemos das políticas sociais não pode estar desconectada da teoria social que nos ilumina e que se encontra na base da nossa formação, intrinsecamente articulada ao projeto ético-político profissional. Nessa perspectiva, não pode haver incoerência, inconsistência ou fratura entre análises teóricas e programáticas de intervenção. A já bastante problematizada ameaça ao nosso projeto ético-político se expressa também numa fratura entre sujeitos profissionais do campo progressista. A difícil realidade que estamos enfrentando tende a flexibilizar o projeto e em seu nome admitir posturas modernizadoras, reformistas e/ou que reivindicam a humanização do capitalismo. (GUERRA, 2018, p.15).

A política brasileira atual está sofrendo com as políticas de ajuste neoliberal, o que gera muita instabilidade na esfera social e econômica do país como consequência tem-se cortes ditos essenciais no orçamento, sobretudo em áreas socioassistenciais, obrigando diversos municípios a terceirizar alguns de seus serviços/setores e dentre eles as instituições empregadoras dos conjuntos técnicos que compõem por exemplo a equipe de referência no CRAS (Equipamento de análise). De acordo com a NOB-RH/SUAS anotada e comentada, de 2011.

A composição das equipes de referência é composta por categorias profissionais de nível superior orientadas por códigos de ética e, portanto, agregam essa dimensão aos serviços e benefícios, à gestão do SUAS. (NOB-RH/SUAS, 2011, p.19).

De acordo com a NOB-RH/ SUAS (2011) às equipes de referência da PSB serão compostas por técnicos de nível superior, sendo um profissional assistente social e outro preferencialmente psicólogo.

As categorias profissionais estabelecidas nesta norma para a composição das equipes de referência da proteção social básica considerou, entre outros fatores, as profissões regulamentadas em lei. Outro fator considerado foi a existência de Conselho Profissional, responsável pela fiscalização do exercício profissional, das condições de trabalho e do cumprimento do respectivo código de ética profissional. (NOB-RH/SUAS, 2011, p.30).

Por diversas vezes essas instituições demandam dos profissionais características tecnicistas, visando sua homogeneização em um molde técnico de trabalho objetivando apenas metas a serem cumpridas pelo funcionário, o que vai em desencontro com e fere o Código de Ética Profissional e a Lei de Regulamentação da Profissão.

A intervenção profissional na política de Assistência Social não pode ter como horizonte somente a execução das atividades arroladas nos documentos institucionais, sob o risco de limitar suas atividades à “gestão da pobreza” sob a ótica da individualização das situações sociais e de abordar a questão social a partir de um viés moralizante. (CFESS. 2010, p.7).

Faz-se necessário diante disso, que o Assistente Social esteja preparado tanto em suas atribuições quanto em suas competências, tomando para si o controle das suas funções em seu ambiente de trabalho usando das diversas ferramentas que ele dispõe (teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas), tendo em mente seus direitos e deveres para com o público assistido, sabendo que está resguardado pelo Código de Ética e pela Lei de Regulamentação da Profissão bem como as diversas resoluções do CFESS que dispõe sobre o exercício profissional e os parâmetros para atuação profissional das/os Assistentes Sociais.

3 ANÁLISE DO TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NOS CRAS

Conforme apresentamos na introdução deste trabalho, a pesquisa ora apresentada tinha por objetivo a aplicação de um questionário junto aos assistentes sociais que atuam nos CRAS dos municípios mineiros de Conselheiro Lafaiete, Itanhomi, Mariana, Itabirito, Ouro Branco e Ouro Preto, no entanto ao longo da realização da pesquisa em um universo de vinte e sete (27) profissionais apenas quatro (4) assistentes sociais retornaram com o questionário respondido.

Diante da necessidade da urgência de finalização desta monografia, optamos por manter a pesquisa com este quantitativo de respostas que nos possibilitou uma relativa aproximação ao universo de atuação dos assistentes sociais nos CRAS dos referidos municípios.

Este capítulo está organizado em dois itens: no item 3.1, apresentaremos de forma geral os CRAS, que foram o objeto de estudo dessa pesquisa; no item 3.2, apresentaremos a análise dos dados que coletamos a partir da aplicação dos questionários, buscando problematizar os elementos trazidos pelo profissionais enquanto dialogamos com a tese de Tomaz (2018).

3.1 Contextualização dos CRAS de referência

De acordo com a PNAS (2004), um dos Requisitos da Gestão Básica é “estruturar os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), de acordo com o porte do município, em áreas de maior vulnerabilidade social, para gerenciar e executar ações de proteção básica no território referenciado, conforme critério abaixo:

Pequeno Porte I – mínimo de 1 CRAS para até 2.500 famílias referenciadas;
Pequeno Porte II – mínimo de 1 CRAS para até 3.500 famílias referenciadas;
Médio Porte – mínimo de 2 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas;
Grande Porte – mínimo de 4 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas;
Metrópoles – mínimo de 8 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas;
(PNAS, 2004, p.100).

A cidade de Itanhomi (MG), município de pequeno porte I, conta com um CRAS com apenas uma assistente social, situado à Rua Capitão Andrade, nº 144, antigo “Varandão”, Centro.

Na cidade de Mariana (MG), considerada de médio porte, o município conta com dois CRAS: CRAS Colina, conta com quatro assistentes sociais, situado a Rua Ônix, nº185, Colina, este apresenta uma equipe volante chamada de CRAS Volante de Bairros, que atualmente conta com duas assistentes sociais e está localizado na Rua Venceslau Braz, nº 781, Bairro Rosário; CRAS Cabanas, conta com quatro assistentes sociais, situado à Rua Diamantina, nº 661, Cabanas e também conta com uma equipe volante, composta por quatro assistentes sociais, chamado de CRAS Distritos, este está localizado na rua Alphonsoos Guimarães, nº 29, Centro.

A cidade de Itabirito (MG), considerada de médio porte, conta com dois CRAS, ambos com dois profissionais em cada equipamento. CRAS I (Padre Adelmo), localizado na Rua Ana

Maria Teixeira, nº453, Santa Efigênia; CRAS (Maria Loura) Localizado na Rua Francisco Marques Júnior, nº69, Nossa Sra. de Fátima.

O questionário (anexo 1) foi aplicado a partir da plataforma *google forms* com quatro (4) profissionais inseridos dos 3 (três) CRAS (e suas equipes volantes), já mencionados.¹ Para chegar ao objetivo da pesquisa foram realizadas vinte e quatro (24) perguntas, oito (8) destas direcionadas ao fazer profissional do assistente social, e as outras dezesseis (16) estão relacionadas com o trabalho multidisciplinar dentro dos equipamentos CRAS.

Nas perguntas objetivas foi possível trazer os gráficos abaixo para visualização das respostas, já nas respostas discursivas conseguimos ter uma dimensão maior da realidade profissional que será discutida do item 3.2.

Há trabalho em equipe?

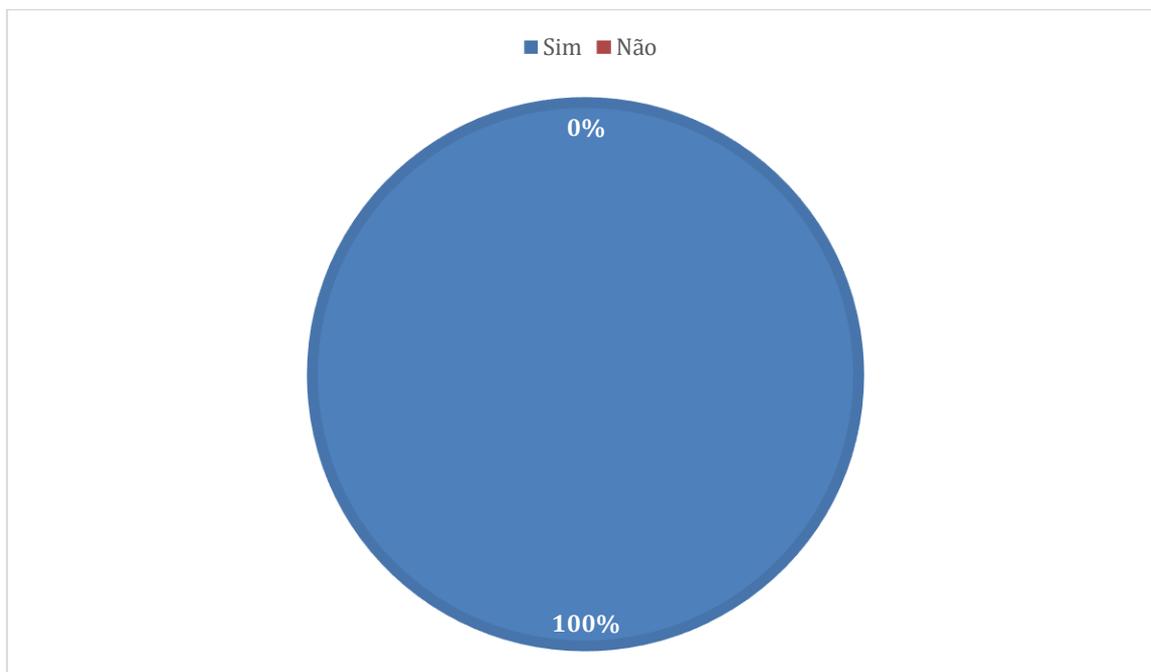


Gráfico 1 – Porcentagem de profissionais que afirmaram existir trabalho em equipe dentro do CRAS que trabalham

¹ Não identificaremos os CRAS que fizeram parte da pesquisa, a fim de proteger a possível identificação das/dos profissionais que participaram da pesquisa.

Há diferenças no trabalho realizado pelos profissionais que compõem essa equipe?

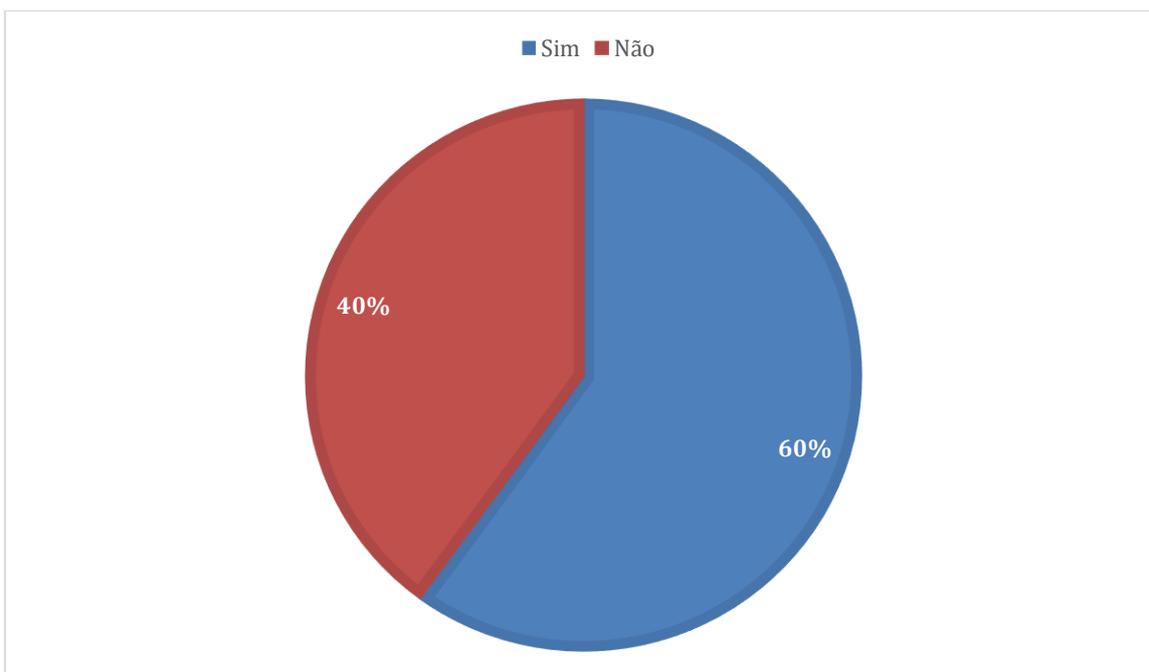


Gráfico 2 – Porcentagem de profissionais que responderam perceber se há ou não diferenças entre o trabalho realizado pelos profissionais que integram a equipe

Você atua como técnico de referência?

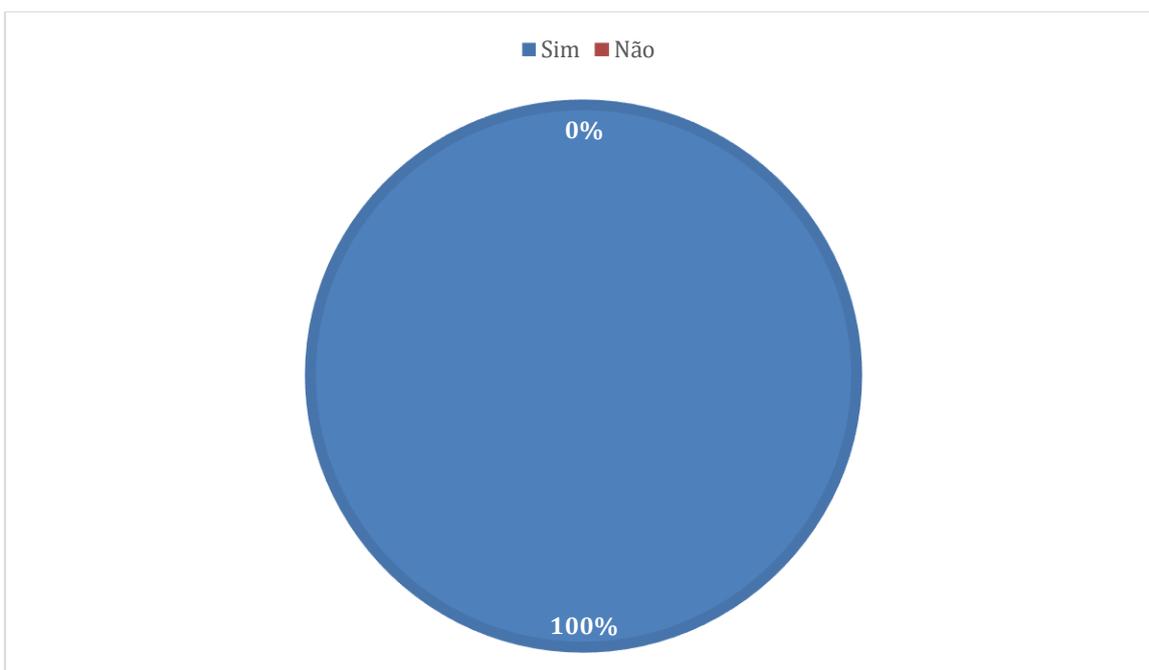


Gráfico 3 – Porcentagem de profissionais que afirmam atuar como técnicos de referência

Você percebe diferenças entre a atuação do Assistente Social e do Psicólogo como Técnico de Referência no CRAS em que está inserido?

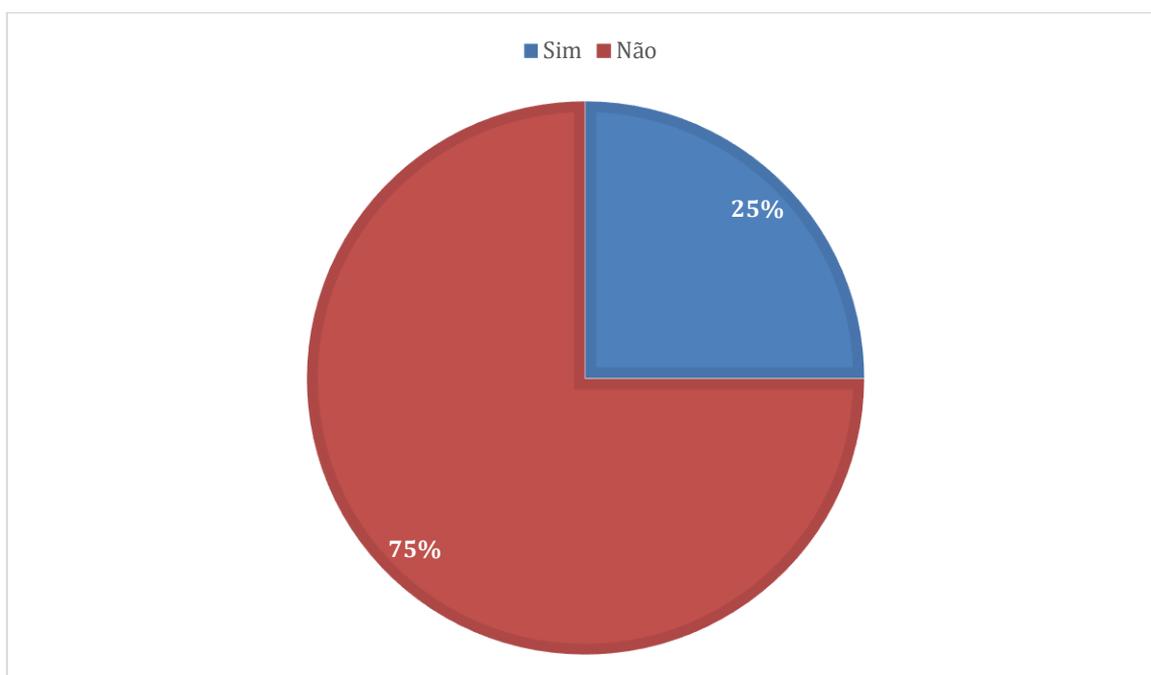


Gráfico 4 – Porcentagem de profissionais que afirmam perceber ou não diferenças entre a atuação do assistente social e do psicólogo como técnicos de referência no CRAS em que estão inseridos

Você identifica relação entre sua formação acadêmica e seu exercício profissional?

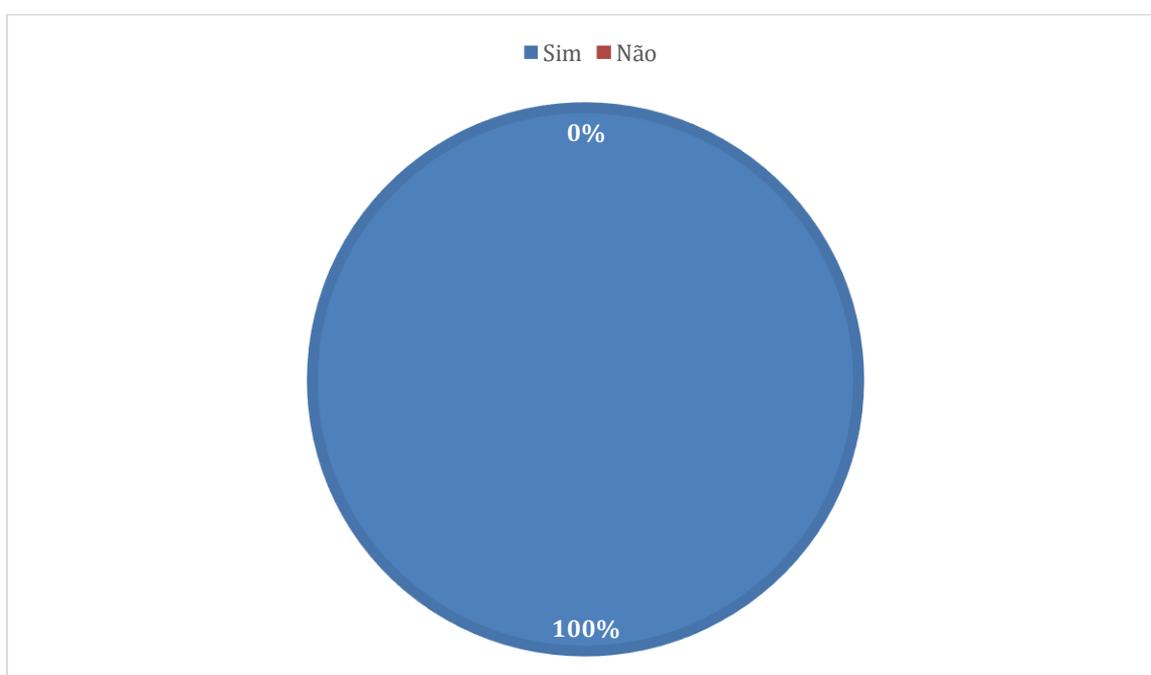


Gráfico 5 – Porcentagem de profissionais que identificam relação entre sua formação acadêmica e seu exercício profissional

Você considera que detém autonomia para realização das suas funções ou seu exercício profissional é majoritariamente definido pela instituição (gestão, manuais da política de assistência social)?

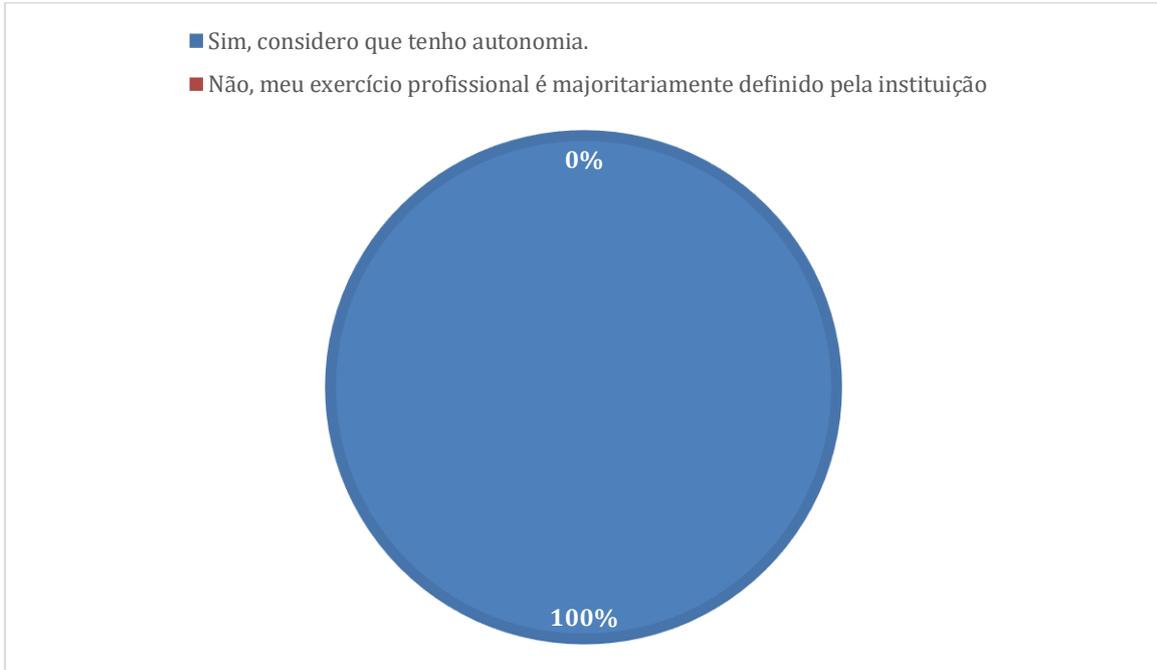


Gráfico 6 – Porcentagem de profissionais que consideram que detém autonomia para realização das suas funções

As tarefas são divididas entre a equipe profissional ou os profissionais realizam as mesmas funções?

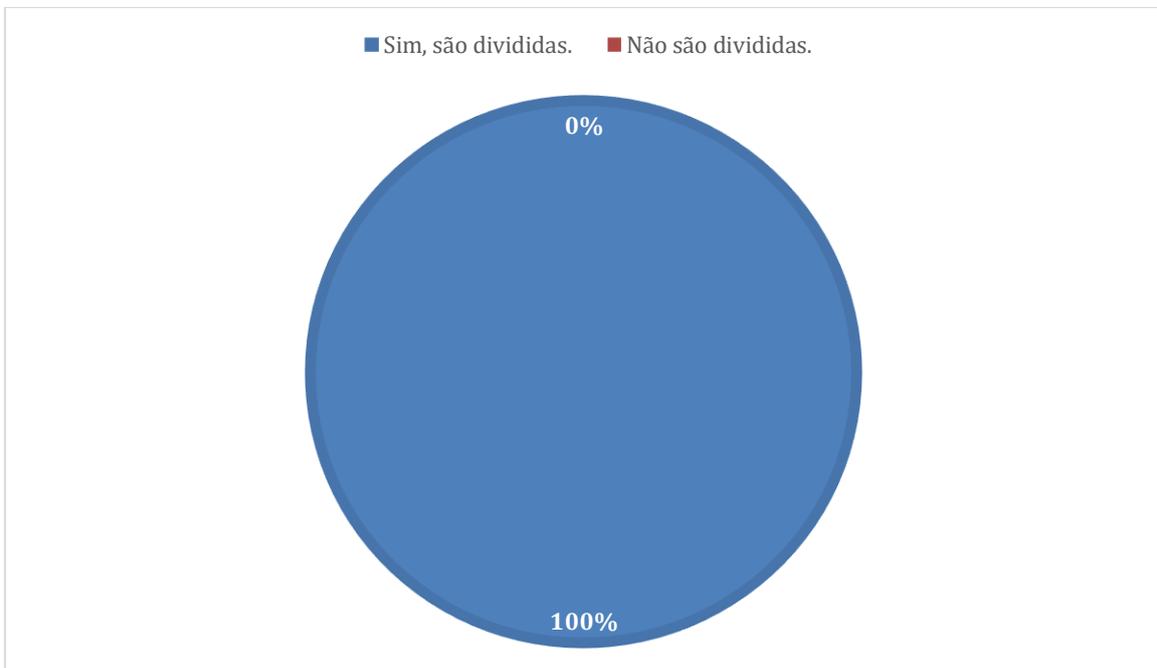


Gráfico 7 – Porcentagem de profissionais que afirmam que há divisão de tarefas entre a equipe profissional

No cotidiano do seu exercício profissional você se sente atravessado por demandas de cunho clientelista?

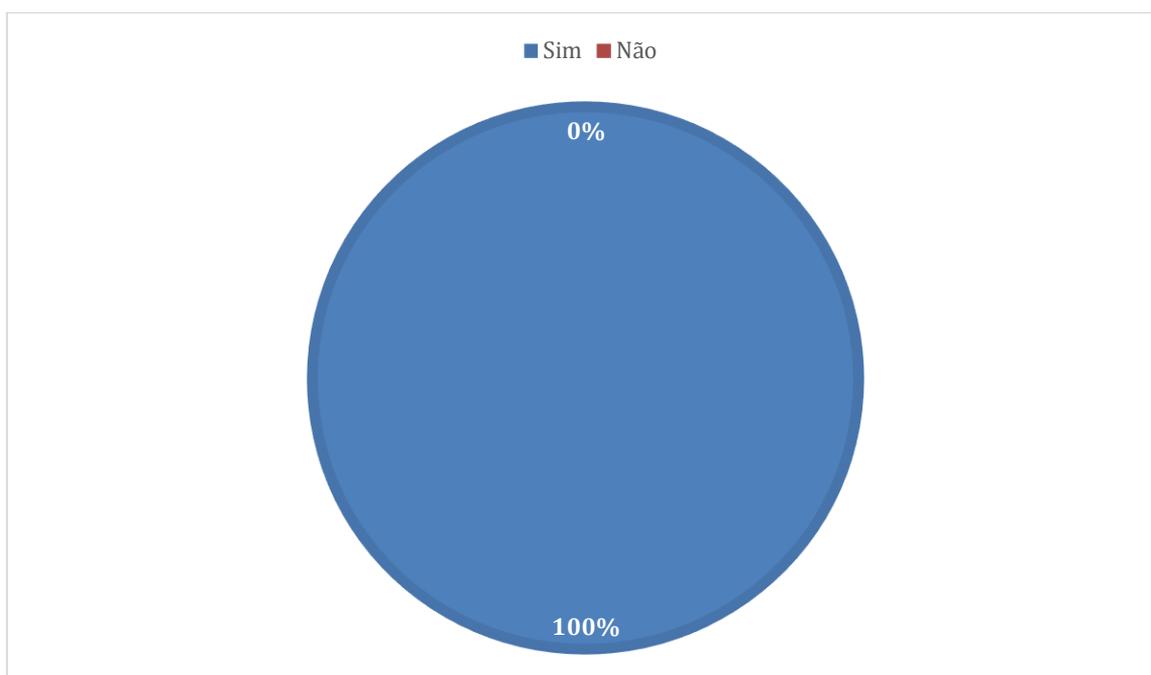


Gráfico 8 – Porcentagem de profissionais que afirmam se sentir atravessados por demandas de cunho clientelistas no cotidiano do seu exercício profissional

Se sua resposta para a questão anterior tiver sido positiva, essas demandas ocorrem de forma:

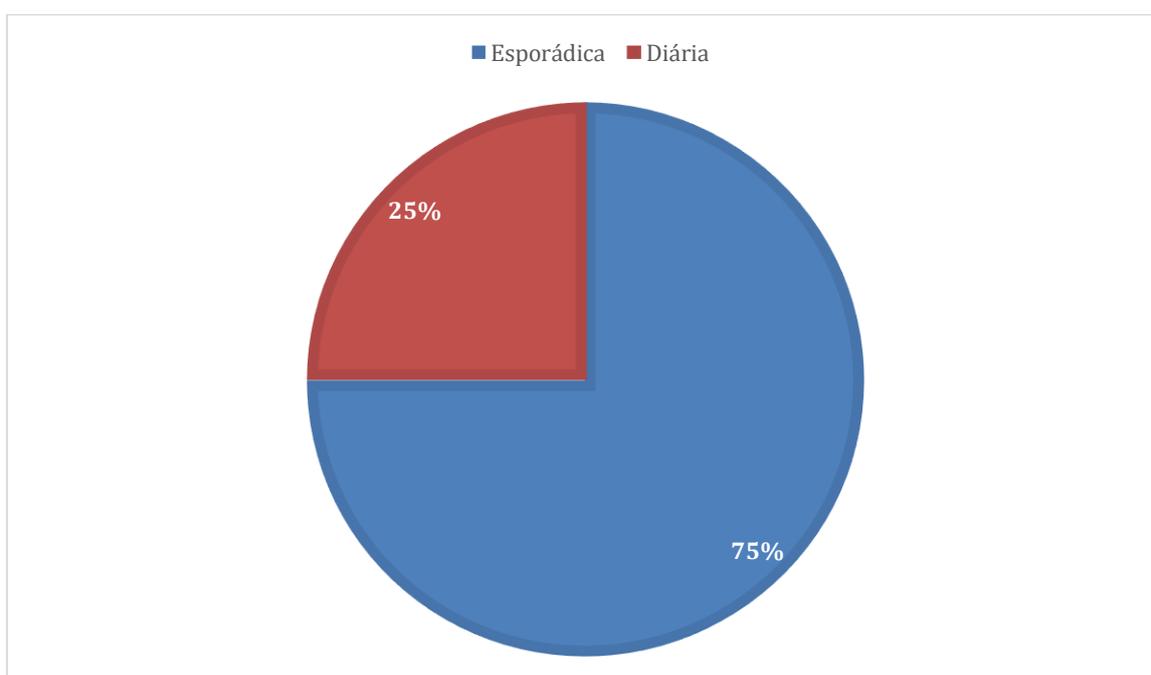


Gráfico 9 – Porcentagem de profissionais que identificam que as demandas de cunho clientelistas acontecem de forma esporádica ou diária

No exercício do trabalho em equipe, você costuma elaborar laudos, estudos de caso, relatório social, dentre outros em parceria com a psicologia?

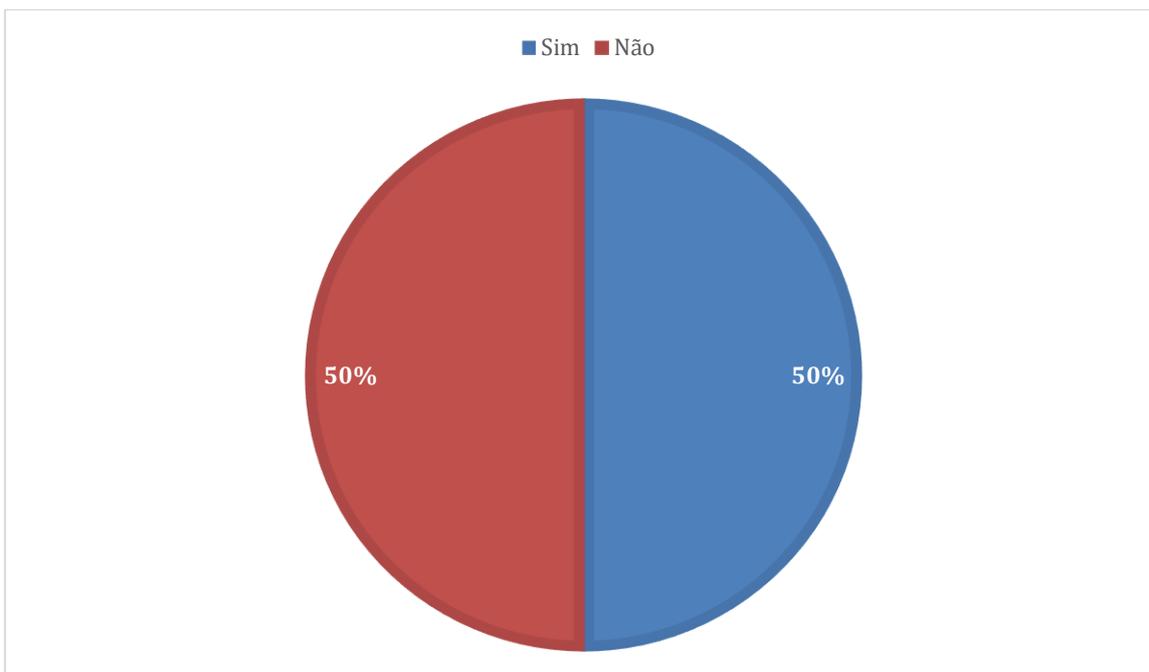


Gráfico 10 – Porcentagem de profissionais que afirmam elaborar ou não, laudos, estudos de caso, relatório social, dentre outros em parceria com a psicologia

Dentro do seu trabalho, existe alguma função que você desempenha e seu colega profissional psicólogo, não ou vice-versa?

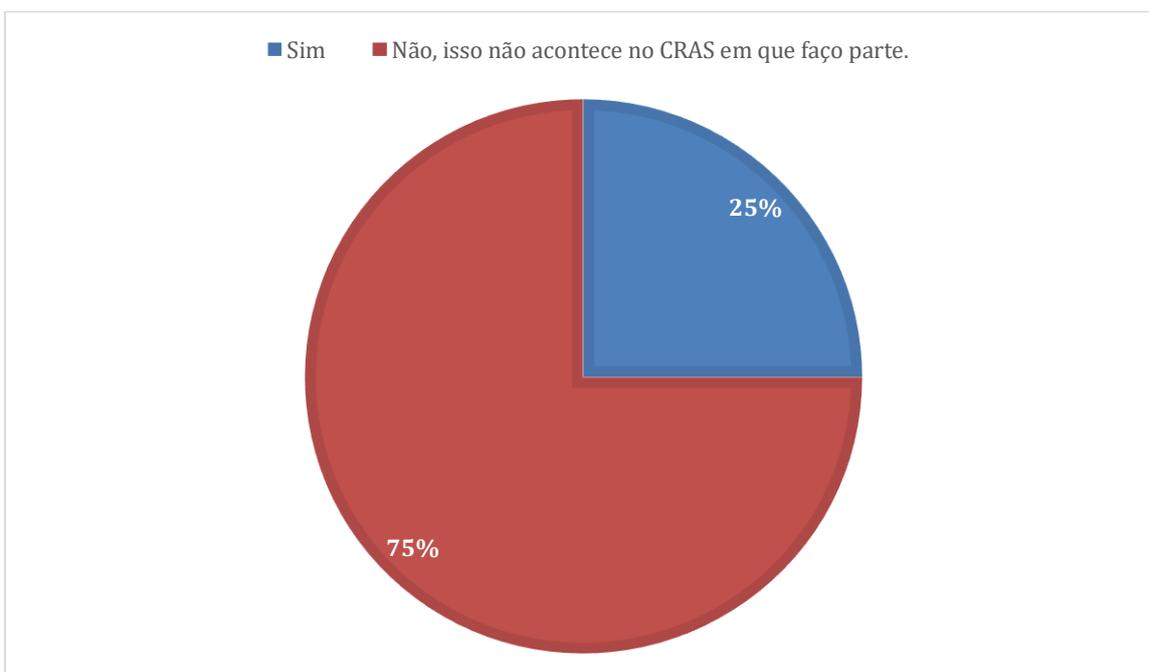


Gráfico 11 – Porcentagem de profissionais que afirmam desempenhar ou não as mesmas funções que seu parceiro profissional psicólogo

3.2 Análise dos elementos trazidos pelos profissionais participantes da pesquisa e das implicações ao assumirem a função de técnicos de referência

Cabe iniciar este item, pontuando que os resultados dessa pesquisa estão limitados a um número de profissionais e serviços, sendo assim não podemos generalizar seus resultados.

Diante do conteúdo trazido pelos profissionais participantes da pesquisa, se pode concluir que a atuação dos assistentes sociais majoritariamente se dá na perspectiva generalista enquanto técnicos de referência, em que ambos os profissionais realizam as mesmas funções com os mesmo objetivos, salvo um profissional que afirmou “*a Assistente Social atende à demanda de Benefício de Prestação Continuada e a psicóloga não*”. Encontramos realidade semelhante na pesquisa realizada por Tomaz (2018), no âmbito da atuação de Assistentes Sociais nos CAPS III, em Minas Gerais, quando esta afirma que a totalidade dos/as assistentes sociais participantes da pesquisa informaram atuar como técnicos de referência e que majoritariamente não há diferenças entre a atuação de assistentes sociais, psicólogos, enfermeiros e até terapeutas ocupacionais, uma vez que todos devem realizar as atividades determinadas pela função como “Técnicos de Referência”.

De acordo com as quatro respostas da primeira pergunta - Quais são as demandas de trabalho para o Assistente Social no CRAS? - as quatro (4) profissionais responderam, diante das respostas foi possível observar uma convergência em todas as respostas em relação às demandas de trabalho do assistente social como técnico de referência no CRAS, tais como, *Acompanhamento do PAIF, SCFV,² benefícios eventuais, orientações e encaminhamentos a rede socioassistencial, serviços e entre outros.*

Como também ainda em relação à primeira pergunta, foi possível identificar certa confusão no que diz respeito às demandas de trabalho do assistente social e às ações para responder a estas demandas. A resposta a seguir explicita o que acabamos de afirmar: *Atendimento e acompanhamento familiar, atendimento direto e indireto do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, concessão de benefícios eventuais: como cesta básica, auxílio funeral, com o intuito de superar vulnerabilidades temporárias,*

² O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é um serviço da Proteção Social Básica do SUAS, ofertado de forma complementar ao trabalho social com famílias, realizado por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI).; realiza atendimentos em grupo, através de atividades artísticas, culturais, de lazer e esportivas, dentre outras, de acordo com a idade dos usuários. É considerado como uma forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais, coletivas e familiares. Disponível em: <http://mds.gov.br/assistencia-social-suas/servicos-e-programas/servicos-de-convivencia-e-fortalecimento-de-vinculos>. Acesso 20/08/21

encaminhamento para a rede socioassistencial e demais órgãos públicos, conforme o caso requerimentos de BPC/LOAS, requerimento de SINDPASSE e Passe Livre, gratuidade de documentação civil para usuários de baixa renda, dentre outros”. Outra exemplificação: “Realizamos ações para o desenvolvimento de potencialidades, encaminhamento para programas, projetos e demais setores. A divisão de território é por técnico”. Foi possível perceber também que os profissionais associam os instrumentos às demandas, não conseguindo diferenciá-los no cotidiano do seu trabalho.

Tomaz (2018) em sua tese observa confusões no que tange ao entendimento das demandas dos assistentes sociais entrevistados. Contudo explica que a confusão ocorre em decorrência da função genérica que os profissionais desempenham como técnicas de referência que se circunscrevem ao acompanhamento geral dos usuários nos referidos serviços e sobrepõem-se às particularidades profissionais.

No entanto, as respostas a estas perguntas foram todas atravessadas pela resposta à primeira pergunta sobre os sujeitos atendidos pelo Serviço Social, quando todos os Assistentes Sociais se referem imediatamente à função do —Técnico de Referencial assumida por eles, em detrimento da atuação como Assistentes Sociais. Tal fato impactou diretamente nas outras questões relativas às demandas, ações e objetivos do Serviço Social. (TOMAZ, 2018, p.111)

Diante disso questionamos: por que as/os profissionais têm dificuldade de identificar as diferenças entre as demandas, ações e os instrumentos de trabalho? Esta dificuldade leva também a uma confusão em identificar essas demandas como expressões da “questão social”? Infelizmente, a resposta a estas questões extrapolam o âmbito desta pesquisa e indicam a necessidade e possibilidade de sua continuidade futura. No entanto, a partir de todo debate acumulado pela categoria, sabe-se que a “questão social”, nas suas mais diversas expressões, constituem matéria/objeto de trabalho de assistentes sociais e, por isso, torna-se fundamental reconhecê-las no cotidiano profissional (como categoria analítica), problematizá-las enquanto expressões das desigualdades sociais produzidas pelo modo de produção capitalista, para que possamos construir estratégias de intervenção a luz do no Projeto Ético-político e profissional e não somente a partir dos manuais da política social. O exercício reflexivo acerca das demandas postas nos serviços como expressões da “questão social” é importante para identificar com clareza nosso objeto para não haver equívocos na identificação da demanda e, por consequência, na intervenção profissional.

Tomaz (2019) traz o debate acumulado acerca das expressões da “questão social”, de onde se encontra o objeto de intervenção desta profissão.

Nesse veio de análise sobre o trabalho do Assistente Social, mesmo que a realidade social se apresenta na sua forma mais imediata (aparente), superficial e fragmentada (expressões da “questão social”), faz parte do trabalho do Assistente Social desvendar as mediações existentes na complexidade da realidade social, para que sua intervenção não fique limitada a dar respostas imediatas a "problemas" isolados, ou se constituir em ações de cunho individualista, subjetivista, cujo horizonte é o (neo)conservadorismo profissional. (TOMAZ, 2019, p.55)

Outro aspecto abordado foi em relação ao trabalho em equipe e todos os entrevistados responderam que dentro dos equipamentos existe trabalho em equipe. Contudo, a concepção de equipe é diferente para os/as profissionais. Apenas um/a deles/as considerou somente os técnicos de nível superior, psicólogos e assistentes sociais, como membros da equipe de trabalho; três tiveram uma visão mais ampliada de trabalho em equipe, afirmando que esta é composta por assistente social, psicólogo e auxiliar administrativo. Nesse sentido, é possível perceber que todos os serviços obedecem a normas da PNAS, pois possuem assistentes sociais e psicólogos.

Em sua tese Tomaz (2018) também discute sobre o entendimento dos profissionais no que tange ao trabalho em equipe. Segue uma das respostas contida na tese referenciada.

Um dos Assistentes Sociais entrevistados refere-se à composição da equipe e sua forma interdisciplinar dizendo que esta forma é somente entre os Técnicos de Nível Superior, como chamam neste serviço os assistentes sociais, psicólogos e terapeutas ocupacionais. Os outros profissionais, como os médicos e os enfermeiros não fazem parte do que consideram equipe interdisciplinar e, segundo este entrevistado, é cada um no seu quadrado. (TOMAZ, 2018, p.127)

Todos os participantes da pesquisa afirmaram que atuam como Técnicos de Referência. Em relação a possíveis diferenças entre a atuação do assistente social e do psicólogo como Técnico de Referência, das três respostas que obtivemos duas compreendem que existem diferenças, contudo suas justificativas estão totalmente voltadas ao que está estabelecido na política, vale trazer uma delas “*Os dois profissionais atuam nessa política pública com o objetivo de “empoderar” os indivíduos envolvidos em situações de vulnerabilidade social³, dando aos usuários suporte para superar essas fragilidades por meio de ações desenvolvidas no CRAS*”. Já a outra que trouxe uma opinião divergente traz: “*Tratando da equipe técnica de referência (psicólogo e assistente social) não existe diferença nas tarefas diárias*”.

³ Na formação de serviço social não trabalhamos com essas categorias de vulnerabilidade e risco social, trabalhamos com a categoria questão social e suas expressões. As categorias de vulnerabilidade e risco social são utilizadas na política de Assistência Social, que tem orientação teórica sistemática diferente da nossa formação marxista.

Em sua tese Tomaz (2018) apresenta a unanimidade a resposta entre os Assistentes Sociais de que todos atuavam como — “Técnicos de Referência”.

No momento da entrevista, junto aos Assistentes Sociais, fizemos uma pergunta, aparentemente simples, para os mesmos: — Quem são os sujeitos atendidos pelo Serviço Social na instituição? E, para nossa primeira surpresa, foi unânime a resposta não havia sujeitos atendidos pelo Serviço Social, mas usuários dos serviços que necessitam de acompanhamento e este é feito por toda equipe, a partir da distribuição dos usuários entre os —Técnicos de Referência, que são, supostamente, todos os técnicos que compõem as equipes interprofissionais. (P.110)

Acerca do técnico de referência, a autora ainda traz o debate crítico e essa forma de organização, uma vez que essa questão esteve presente de forma subliminar em todo processo da sua pesquisa.

Essa forma de organização, centrada na atuação do — “Técnico de Referência”, tem descaracterizado a intervenção profissional dos Assistentes Sociais que, por um lado, têm assumido funções para as quais não têm competência acadêmico-profissional e, por outro, têm deixado de responder às demandas historicamente dirigidas ao Serviço Social, para as quais possuem competência teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativas. (TOMAZ, 2018, p.122)

Neste ponto da pesquisa, vale destacar que a indicação de trabalho em equipe, condensado como o trabalho de técnicos de referência não encontra suporte nas orientações da NOB/SUAS (2012), apenas da NOB-RH/SUAS (2006), no item IV sobre as EQUIPES DE REFERÊNCIA (e não “Técnicos de Referência”), que se apresenta da seguinte forma:

Equipes de referência são aquelas constituídas por servidores efetivos responsáveis pela organização e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial, levando-se em consideração o número de famílias e indivíduos referenciados, o tipo de atendimento e as aquisições que devem ser garantidas aos usuários.

Diante disso, tem-se explicitado na NOB-RH/SUAS anotada e comentada, de 2011, a seguinte explanação acerca da concepção dessas equipes de referência:

As equipes de referência do SUAS são entendidas como um grupo de profissionais com diferentes conhecimentos, que têm objetivos comuns e definem coletivamente estratégias para alcançá-los. Quando falamos de organização dos serviços, estamos nos referindo à função desempenhada pelos coordenadores; quando falamos de oferta dos serviços nos referimos às categorias profissionais que atuam diretamente com os usuários. Estas equipes são responsáveis por um certo número de famílias e usuários, de acordo com a referência do serviço de proteção social básica e especial.

De acordo com a norma tais equipes devem ser compostas por profissionais com diferentes conhecimentos e objetivos comuns, que definem coletivamente as estratégias para alcançá- los, e não que todos devam realizar as mesma atividades da mesma forma.

Tomaz (2018) assegura.

Nesses casos, de acordo com os relatos, como dizem, faz parte da rotina do serviço a troca de experiências e conhecimentos entre os técnicos, com vistas a atender às demandas dos usuários para as quais não possuem qualificação profissional, ou seja, quando se trata de alguma demanda fora do âmbito do conhecimento acadêmico-profissional de cada técnico da equipe. (TOMAZ, 2018, p.119)

O objetivo do trabalho em equipe é que se tenha uma apreensão maior da vida do usuário, essa é a finalidade do trabalho em equipe. Vale trazer a opinião de um dos profissionais em relação às diferenças do assistente social e do psicólogo como técnicos de referência no CRAS. *“A diferença está no olhar no que compete a formação acadêmica”*.

Sobre a realidade exposta acima, Tomaz (2018) identifica três problemas de naturezas distintas, que se misturam no entrelaçado do trabalho e das dificuldades encontradas pelos Assistentes Sociais, quando o mesmo assume funções genéricas e específicas do Técnico de Referência.

O primeiro problema diz respeito à falta de clareza em relação ao papel do — “Técnico de Referência”, uma vez que, de acordo com relatos, os técnicos de cada serviço dão a direção que pensam ser melhor para o trabalho. O outro problema está relacionado ao impacto da sobreposição das funções genéricas de — “Técnico de Referência” sobre as profissões, em especial sobre o Serviço Social, e as consequências disso tanto para a profissão como para a qualidade dos serviços prestados aos usuários. E por fim, mas não menos importante, é algo que acreditamos atravessar tanto o primeiro, quanto o segundo problema que é a orientação teórico-metodológica e ideo-política que que tem informado esta organização do trabalho em equipe nos serviços pesquisados. (TOMAZ, 2018, p.122)

Os instrumentos de trabalho são compartilhados pelos técnicos de referência. No entanto, diante do que foi exposto anteriormente, não ficou claro para nós qual se há diferenças no uso dos instrumentais pelos profissionais com formações distintas. Entendemos que a visita domiciliar, por exemplo, não se constitui como instrumento privativo de assistentes sociais. Contudo, entendemos que os objetivos dos profissionais ao lançarem mão deste instrumento devem ser distintos, pois possuem formações diferentes, cada deve ser orientado pelo seu acúmulo teórico-metodológico e técnico-interventivo, e não apenas pelos manuais da política social.

Guerra (2018) sintetiza esta atuação;

As políticas sociais estabelecem normas, procedimentos, padrões técnico-operativos, instrumentos e, também, é claro, valores. A incidência da lógica das políticas no trabalho profissional se vale dos sistemas, cuja aparência de neutralidade dá ao profissional segurança e ilusão necessárias de “estar realizando” seu projeto profissional com competência, porque sintonizado aos resultados esperados, estabelecidos nos manuais e normas operacionais. (GUERRA, 2018, p.10)

Em sua tese de doutorado Tomaz (2018) dialoga sobre as implicações em colocar outros profissionais que não são assistentes sociais como técnicos de referência, para lidar com as expressões da “questão social”, uma vez que esses não tem conhecimento teóricos-metodológicos, técnicos operativos e éticos políticos característico a profissão do assistente social e imprescindíveis para intervir nas demandas que lhe são postas.

Segundo os Assistentes Sociais entrevistados, os “Técnicos de Referência”, que não são Assistentes Sociais, nem sempre têm conhecimentos específicos e instrumentais técnico-operativos para intervir junto a tais expressões da “questão social” e as demandas por elas produzidas. (TOMAZ, 2018, p. 119)

De acordo com CFESS (2011) o serviço social e a psicologia, são as principais profissões inseridas no SUAS, estas possuem acúmulos teórico-políticos diferentes e o diálogo entre essas categorias profissionais aliará reflexão crítica, participação política, compreensão dos aspectos objetivos e subjetivos inerentes ao convívio e à formação do indivíduo, da coletividade e das circunstâncias que envolvem as diversas situações que se apresentam ao trabalho profissional.

Dessa forma, o trabalho interdisciplinar em equipe deve ser orientado pela perspectiva de totalidade, com vistas a situar o indivíduo nas relações sociais que têm papel determinante nas suas condições de vida, de modo a não responsabilizá-lo pela sua condição sócio econômica. O Código de Ética Profissional de assistentes sociais, por exemplo, estabelece direitos e deveres que, no âmbito do trabalho em equipe, resguardam-lhes o sigilo profissional, de modo que estes/as não podem e não devem encaminhar a outrem informações, atribuições e tarefas que não estejam em seu campo de atuação. (CFESS, 2011, p.26)

Assim, pudemos identificar certa dificuldade em discernir o que é objetivo do serviço - a finalidade do CRAS - e como que os profissionais, dentro desse serviço, a partir da sua qualificação e das suas competências vão colaborar para que o serviço prestado, ao final, atinja os objetivos explicitados na política de assistência social. O que nos leva a questionar se essa atuação profissional tem se dado apenas no limite daquilo que está estabelecido na política social ou se está avançar na direção do nosso Projeto Ético-político e profissional.

Este conflito também foi identificado por Tomaz (2018),

A partir dessa análise, identificamos também a existência de um conflito entre as demandas institucionais e as competências teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas conferidas ao Assistente Social a partir de uma formação acadêmica afinada com o atual Projeto Profissional do Serviço Social. Tal conflito se manifesta a partir das exigências postas pela função genérica e inespecífica do —Técnico de Referencial, conforme tem sido apresentado e problematizado nesta tese. (TOMAZ, 2018, p.199)

Sobre a formação acadêmica e seu exercício profissional, foi colocado por um dos profissionais que nossa formação, por ser generalista, traz a necessidade de capacitação para trabalhar em determinada política e serviço, como por exemplo nos CRAS, que são os equipamentos de referência do nosso estudo. Discordamos dessa afirmação, considerando que, exatamente, pela formação generalista temos capacidade para atuar em diversas políticas e espaços sócio-ocupacionais. Conforme Guerra (2018, p.1), “é preciso distinguir a capacitação profissional realizada nas políticas sociais e a formação profissional para a crítica das políticas sociais”. Assim, defendemos que o profissional não deve trabalhar com o horizonte mínimo do que está estabelecido na política de assistência social, mas trabalhar com a perspectiva do que compreendemos como política social, dos limites desta na ordem burguesa e os avanços e desafios da atuação como Assistentes Sociais nessa ordem contraditória.

As condições objetivas e materiais dadas pelos antagonismos e contradições inerentes à ordem burguesa, pela política social do Estado burguês e por suas instituições sociais; a orientação teórico-metodológica que dá direção à organização do trabalho das equipes interprofissionais; e a condição de trabalhador assalariado do Assistente Social, subordinado a um contrato de trabalho e a determinações institucionais. (TOMAZ, 2018, p.198)

Neste momento se faz necessário trazer que todos os profissionais entrevistados consideram que possuem autonomia no seu fazer profissional. Contudo, uma das respostas explica bem a chamada autonomia relativa *“Completando a resposta anterior, entendo que tenho autonomia nas minhas decisões técnicas respaldadas pelas legislações e normativas da Política de Assistência Social, entretanto, há limitações quando se trata de recursos orçamentários”*.

A autonomia relativa, é um termo utilizado por escritores do Serviço Social, Tomaz (2018) traz sua contribuição acerca do seu enfrentamento.

Tal fato implica diretamente numa relativa autonomia profissional do Assistente Social diante da realização do seu trabalho em qualquer espaço sócio-ocupacional. É, portanto, a partir dessa relativa autonomia que defendemos a questão da incorporação do pensamento crítico-dialético pelos Assistentes Sociais como um aliado para o

enfrentamento das exigências e imposições institucionais, sem que se transforme numa panaceia. (TOMAZ, 2018, p.197)

A inserção de psicólogos(as) e assistentes sociais no Sistema Único de Assistência Social - SUAS desafia a todos, enquanto profissionais, a pensar a política de Assistência Social e a produzir contribuições para a sua efetivação. Essa inserção profissional deve estar calcada numa visão crítica da Assistência Social e em um compromisso com as urgências da sociedade brasileira.

A atuação interdisciplinar requer construir uma prática político-profissional que possa dialogar sobre pontos de vista diferentes, aceitar confrontos de diferentes abordagens, tomar decisões que decorram de posturas éticas e políticas pautadas nos princípios e valores estabelecidos nos Códigos de Ética Profissionais. A interdisciplinaridade, que surge no processo coletivo de trabalho, demanda uma atitude ante a formação e conhecimento, que se evidencia no reconhecimento das competências, atribuições, habilidades, possibilidades e limites das disciplinas, dos sujeitos, do reconhecimento da necessidade de diálogo profissional e cooperação. (CFESS, 2011, p.27)

A articulação das profissões no âmbito da política de Assistência Social, pode contribuir para criar ações coletivas de enfrentamento a essas situações, com vistas a reafirmar um projeto ético e sociopolítico de uma nova sociedade, que assegure a divisão equitativa da riqueza socialmente produzida.

Sobre o caráter clientelista da política social, pode se notar com as respostas que as demandas clientelistas vem dos próprios usuários, concluindo que os usuários ainda reproduzem a lógica do favor, *“nunca deixo de conscientizar os usuários que determinados serviços ofertados não são meros "favorzinhos" apenas, mas direitos. Que eu enquanto assistente social estou ali para fazer valê-los”*.

Uma das profissionais trouxe uma importante reflexão sobre a equipe multidisciplinar e a equipe interdisciplinar. *“Geralmente os atendimentos são realizados de forma individual, principalmente na pandemia, pelo tamanho da sala e pelas medidas de prevenção. Como somos técnicas de referência, é difícil o atendimento em conjunto, pois os territórios são diferentes. Vejo que a equipe é multiprofissional, e não há interdisciplinaridade, é tudo sempre fragmentado”*.

Sendo assim, é relevante trazer a distinção do funcionamento das duas equipes. A equipe multidisciplinar é mais fragmentada, o usuário recebe o atendimento de diversos profissionais, de diversas áreas, mas no trabalho multidisciplinar os profissionais não conversam sobre a situação e não pensam estratégias em conjunto para atender às necessidades do usuário. Já a equipe interdisciplinar vai além, é uma possibilidade de análise de compreensão da realidade

do sujeito à partir dessas múltiplas perspectivas através do acúmulo teórico que cada profissão possui.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do conteúdo trazido pelos profissionais participantes da pesquisa, se pode concluir que a atuação dos assistentes sociais majoritariamente se dá na perspectiva generalista enquanto técnicos de referência, em que ambos os profissionais realizam as mesmas funções com os mesmo objetivos, salvo um profissional que afirmou “*a Assistente Social atende a demanda de Benefício de Prestação Continuada e a psicóloga não.*” Encontramos realidade semelhante na pesquisa realizada por Tomaz (2018), no âmbito da atuação de Assistentes Sociais nos CAPS III, em Minas Gerais, quando esta afirma que a totalidade dos/as assistentes sociais participantes da pesquisa informaram atuar como técnicos de referência e que majoritariamente não há diferenças entre a atuação de assistentes sociais, psicólogos, enfermeiros e até terapeutas ocupacionais, uma vez que todos devem realizar as atividades determinadas pela função como “Técnicos de Referência”. Conforme trouxe o item 3.2 podemos concluir que há sim, muito mais similaridades na atuação dos assistentes sociais e psicólogos do que divergências. Existe uma tendência a uma atuação genérica como técnico de referência, do que atuação que considere mais as particularidades e as competências de cada profissional. Diante disso, questionamos: quais as implicações éticas e técnicas que estão implícitas ou explícitas nessa atuação genérica como técnico de referência, como por exemplo, quando assistentes sociais informam que elaboram e assinam pareceres em conjunto com o psicólogo? O que pode estar determinando esta demanda por intervenções genéricas e inespecíficas nas políticas sociais, que suprimem as particularidades de cada profissão?

Pudemos perceber que as respostas dos profissionais estão em consonância com as determinações da PNAS, de modo geral, não particularizando a atuação a partir do acúmulo teórico-metodológico e ético-político do Serviço Social. Assim, se faz necessário entender que as condições institucionais não devem ser consideradas pelos assistentes sociais como condicionantes externas e nem como obstáculos, elas são um respaldo profissional que usando de estratégias pode ser um caminho de possibilidades para uma intervenção comprometida com os propósitos expressos no projeto ético-político. Ainda que este projeto profissional seja crítico à ordem capitalista, nós estamos inseridos no processo de reprodução das relações sociais capitalistas, ocorre que ao mesmo tempo que estamos inseridos nessa relação, entendemos que nós temos uma autonomia no pensar e no fazer quando desenvolvemos uma atividade crítica.

É possível concluir que se reduzirmos nosso fazer profissional para as legislações e normas, vamos reproduzir tendências onde as relações de trabalho se adaptam às estruturas do

capital, dessa forma não teremos como horizonte e norte os princípios expressos em nosso Código de Ética e não vamos conseguir resultados efetivos na vida dos/das usuários/as.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Atualizada em 2008.

_____. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Regulamentação da profissão do Assistente Social. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília, DF: 1993a.

_____, (2004). Ministério de desenvolvimento social e combate à fome. Política Nacional de Assistência Social (PNAS) - Brasília, Secretaria Nacional de Assistência Social.

_____, (2005) Ministério de desenvolvimento social e combate à fome. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOB/SUAS, Secretaria Nacional de Assistência S nº 109, de 11 de novembro de 2009, publicada no DOU em 25 de novembro de 2009. Brasília.

_____, (2011) NOB-RH/SUAS: Anotada e comentada, Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

_____ (Org.). Atribuições privativas do/a assistente social em questão. Brasília: CFESS, 2012b.

BEHRING, E. R. Fundamentos de política social. In: Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional. ABEPSS, 2006.

BEHRING, Rossetti Elaine, **Fundamentos de Política Social**, In: Revista Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional; 2000.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de assistência social. Brasília: CFESS, 2009.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo. 2006.

GUERRA, Y. **Capacitação nas políticas ou para as políticas sociais?** A formação social em questão. Eixo: Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional. Sub-eixo: Formação profissional, Vitória, 2018.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

NETTO, José Paulo. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. São Paulo. 1996.

NETTO, José Paulo, **O Serviço Social e a tradição marxista. Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, Cortez, v. 10, n. 30, p. 89-102, 1989.

SILVA-TOMAZ, C. (2019). O trabalho do assistente social na saúde mental: a experiência dos CAPS III / CERSAMs of Minas Gerais (Brasil). *Trabajo Social Global – Global Social Work*, 9 (17), 411-64. doi: 10.30827/tsg´gsw.v9i17.9181

TOMAZ, C.S. O Serviço Social na saúde mental e a função do “Técnico de Referência”: possibilidades de uma atuação crítica? Tese de doutorado defendida em julho de 2018. UERJ.

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: CFESS/ABEPSS. *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

YAZBEK, M. C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. In: *SERVIÇO Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 143-163.

YAZBEK, M. C. Os fundamentos históricos e teórico -metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade In: CFESS/ABEPSS. *Serviço social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

YAZBEK, M. C. Serviço Social como profissão, em seu movimento histórico e teórico na sociedade brasileira contemporânea (Fundamentos do Serviço Social). 2013.

<<http://www.mariana.mg.gov.br/cras>> Acesso em: 20 de ago. de 2021

<<https://cras.br.com/cras-casa-da-familia-itanhomi-mg-endereco-e-atendimento/>> Acesso em: 20 de ago. de 2021

<<https://cras.site/cras-em-itabirito-mg-i-centro-de-referencia-da-assistencia-social/>> Acesso em: 20 de ago. de 2021

<<https://cras.site/cras-em-itabirito-mg-maria-loura-l/>> Acesso em: 20 de ago. de 202

ANEXOS

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada/o assistente social, você está sendo convidada/o a participar como voluntária/o da pesquisa “Atuação profissional da/o assistente social nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS)” das cidades de Itanhomi, Mariana, Ouro Preto, Ouro Branco, Itabirito e Conselheiro Lafaiete. Esta pesquisa vem sendo realizada pela equipe composta pela Professora Dr^a. Cristiane Tomaz e pela discente Beatriz Carlos Pereira Justiniano. Tendo sido aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa da UFOP sob o CAAE Nº 4861291.0.0000.5150

SOBRE O QUE SE TRATA ESTE PROJETO?

Nesta pesquisa temos como objetivo principal problematizar a atuação da/o Assistente social no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Itanhomi, Mariana, Ouro Preto, Ouro Branco, Itabirito e Conselheiro Lafaiete, como referências técnicas ou técnicos de referência a partir das similaridades, congruências e diferenças em relação à atuação profissional das/os psicólogas/os. Um dos procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa consiste na aplicação de questionário às/os assistentes sociais que trabalham nesses determinados CRAS.

COMO VOCÊ PODERÁ CONTRIBUIR:

Sua participação no estudo consistirá em responder o questionário a seguir, que contém questões relativas ao processo de trabalho da/o assistente social no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

QUAIS OS RISCOS E BENEFÍCIOS DA SUA PARTICIPAÇÃO NESTE PROJETO?

Como toda pesquisa que envolve seres humanos, há riscos e você poderá se sentir constrangida/o em se manifestar com relação a algo sobre seu trabalho. Sendo, obviamente, permitido não responder à(s) pergunta(s) que julgar pertinente(s). Além disso, diante de eventuais danos, identificados e comprovados, decorrentes da pesquisa, você terá assegurado o direito à indenização por parte da pesquisadora responsável.

Como benefício desta pesquisa entendemos que seu resultado poderá contribuir para desvendarmos as particularidades e o trabalho que o Assistente Social desempenha no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

Para participar deste estudo você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Além disso, você tem a plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem necessidade de comunicado prévio. Sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que você será atendida/o pela equipe da pesquisa.

QUAIS SÃO OS SEUS DIREITOS ENQUANTO PARTICIPANTE DESTA PESQUISA?

Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Você não será identificada/o em nenhuma publicação que possa resultar dessa pesquisa. Seu nome ou o material que indique sua participação ficarão sob sigilo e somente os membros da equipe da pesquisa terão acesso aos mesmos. Sua identificação é importante para o caso de você solicitar sua retirada desta pesquisa. Só assim poderemos identificar seu questionário e excluí-lo. Essa mesma equipe de pesquisa tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e confidencialidade, atendendo à legislação brasileira, em especial, à Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, e utilizará as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Você tem direito a uma cópia desse termo assinado pelas responsáveis pela pesquisa. Outra cópia ficará arquivada com a pesquisadora responsável, juntamente com os dados e instrumentos utilizados na pesquisa por um período de cinco anos após o término da mesma. Depois desse tempo, os mesmos serão destruídos.

QUEM VOCÊ PODERÁ CONTATAR, CASO SINTA A NECESSIDADE:

Nome da Pesquisadora Responsável: Cristiane Silva Tomaz.

Endereço: rua Bororó, 95, Parque Guaruá. Juiz de Fora/MG. CEP: 36021-390

TEL: 31-993130503. e-mail: cristiane.tomaz@ufop.edu.br

Nome da aluna de graduação: Beatriz Carlos Pereira Justiniano.

Endereço: Rua Praça Severiano Vidal - Centro – Itanhomi – Minas Gerais. CEP: 35.120-000.
Telefone: (33) 99959-8065.

E-mail: beatriz.justiniano@aluno.ufop.edu.br.2

Em caso de discordância ou irregularidades sob os aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar: CEP/UFOP – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos / Universidade Federal de Ouro Preto. Endereço: Centro de Convergência, Campos Universitário, UFOP. Telefone: (31) 3559-1368. E-mail: cep.propp@ufop.edu.br.

Seu endereço de e-mail será registrado quando você enviar este formulário.

ANEXO B - ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO**E-MAIL:**

1. Você concorda com os termos?

SIM, CONCORDO

NÃO CONCORDO

2. Você atua em qual destes seguintes municípios?

Conselheiro Lafaiete

Itabirito

Itanhomi

Mariana

Ouro Branco

Ouro Preto

3. Quais são as demandas de trabalho para o Assistente Social no CRAS?

4. Como você responde a essas demandas?

5. Há trabalho em equipe?

Sim

Não

6. Caso tenha marcado SIM, na pergunta anterior, responda abaixo quais são os profissionais que compõem a equipe.

7. Há diferenças no trabalho realizado pelos profissionais que compõem essa equipe?

Sim

Não

8. Caso tenha marcado SIM, na pergunta anterior, responda abaixo de que forma eles se diferem
9. Você atua como Técnico de Referência?
- Sim
- Não
10. Você percebe diferenças entre a atuação do Assistente Social e do Psicólogo como Técnico de Referência no CRAS em que está inserido?
- Sim
- Não
11. Explique sua resposta da questão posta acima
12. Você identifica relação entre sua formação acadêmica e seu exercício profissional?
- Sim
- Não
13. Explique sua resposta da questão posta acima
14. Você considera que detém autonomia para realização das suas funções ou seu exercício profissional é majoritariamente definido pela instituição (gestão, manuais da política de assistência social)?
- Sim, considero que tenho autonomia
- Não, meu exercício profissional é majoritariamente definido pela instituição
15. Explique sua resposta da questão posta acima
16. As tarefas são divididas entre a equipe profissional ou os profissionais realizam as mesmas funções?
- Sim, são divididas
- Não são divididas

17. Se sua resposta da questão anterior tiver sido (SIM), explique de que forma as tarefas são divididas. Se sua resposta da questão anterior tiver sido (NÃO), explique o porquê de não dividirem.
18. No cotidiano do seu exercício profissional você se sente atravessado por demandas de cunho clientelista?
- Sim
- Não
19. Se sua resposta para a questão anterior tiver sido positiva, essas demandas ocorrem de forma:
- Esporádica
- Diária
20. E como você lida com essa situação?
21. No exercício do trabalho em equipe você costuma elaborar laudos, estudos de caso, relatório social, dentre outros em parceria com a psicologia?
22. Se sua resposta for positiva informe quais vocês já elaboraram juntos e se esse(s) documento(s) é (são) individual (is) de cada profissional, ou elabora-se um único assinado por ambos?
23. Dentro do seu trabalho, existe alguma função que você desempenhe e seu colega profissional, psicólogo não, ou vice e versa?
- Sim, dividimos algumas tarefas dentro do CRAS
- Não, isso não acontece no CRAS ao qual faço parte
24. Se sua resposta for positiva informe quais funções você desempenhe e seu colega profissional, psicólogo não, ou vice e versa